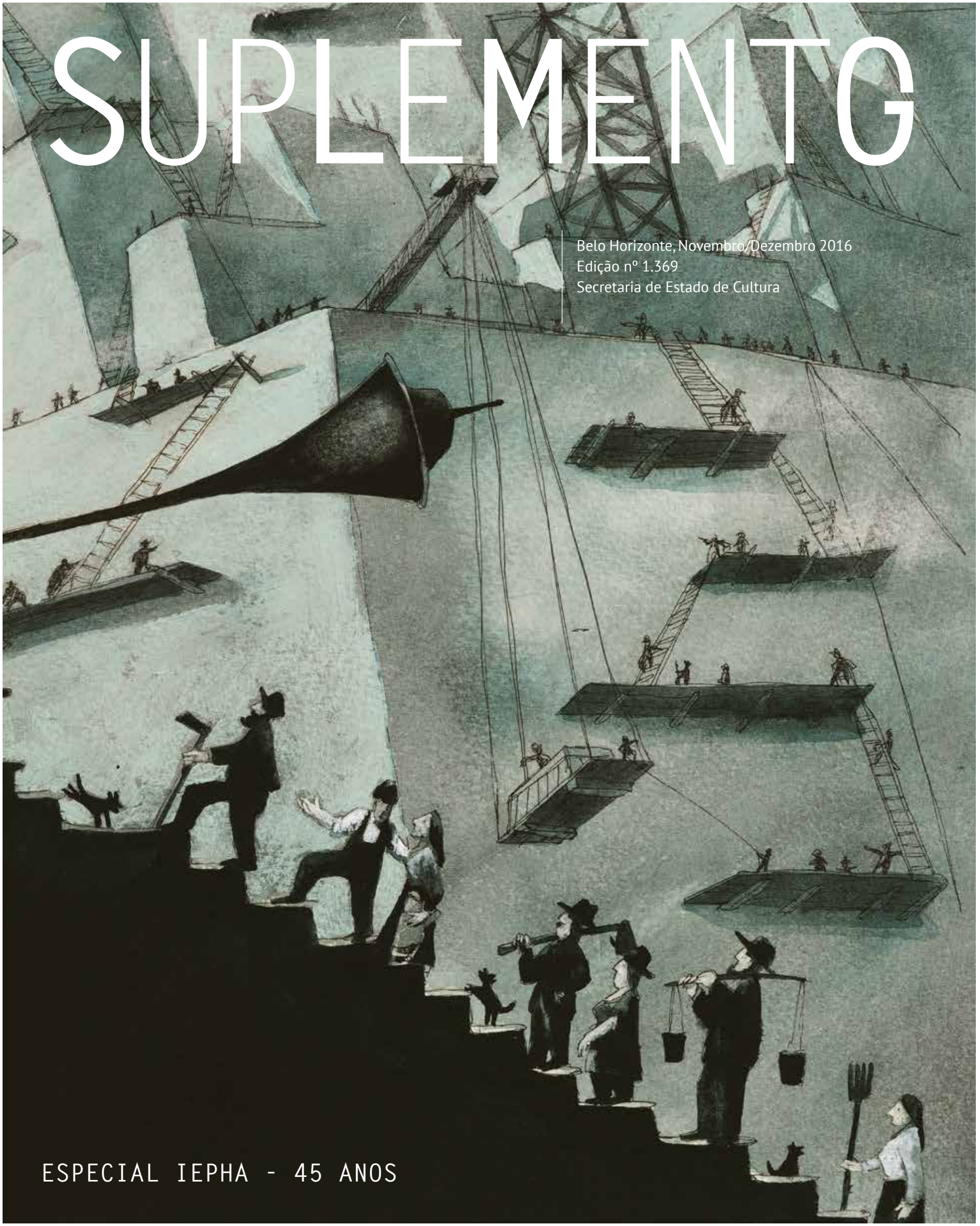
SUPLEMENTO

Belo Horizonte, Novembro/Dezembro 2016
Edição nº 1.369
Secretaria de Estado de Cultura



ESPECIAL IEPHA - 45 ANOS

Governador do Estado de Minas Gerais Fernando Damata Pimentel
Secretário de Estado de Cultura Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Subsecretário da Imprensa Oficial de Minas Gerais Eugênio Ferraz
Superintendente de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário Lucas Guimaraens

SUPLEMENTO

Suplemento Literário
Diretor Jaime Prado Gouvêa
Coordenador de Apoio Técnico Marcelo Miranda
Coordenador de Promoção e Articulação Literária João Pombo Barile
Projeto Gráfico Plínio Fernandes
Escritório de Design Gíria Design e Comunicação
Diagramação Carolina Lentz - Gíria Design e Comunicação
Conselho Editorial Humberto Werneck, Sebastião Nunes, Eneida Maria de Souza, Carlos Wolney Soares, Fabrício Marques
Equipe de Apoio Elizabeth Neves, Aparecida Barbosa, Ana Maria Leite Pereira, Jaeder Gomes (estagiário)

Jornalista Responsável Marcelo Miranda – JP 66716 MG
ISSN: 0102-065x

Textos assinados são de responsabilidade dos autores
Acesse o Suplemento online: www.cultura.mg.gov.br

O desenho da capa, de Nélson Cruz, ilustra o livro *O Edifício* (Ed. Positivo), baseado em conto de Murio Rubião.

O SUPLEMENTO é impresso nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Suplemento Literário de Minas Gerais
Praça da Liberdade, 21 – Biblioteca Pública – 3º andar
CEP: 30140-010 – Belo Horizonte, MG – 31 3269 1143
suplemento@cultura.mg.gov.br

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

NOVOS OLHARES E PERSPECTIVAS SOBRE A TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS

MICHELE ARROYO

Esta edição do Suplemento Literário vem nos propiciar, mais uma vez, um profícuo encontro para conhecimento do rico patrimônio cultural de Minas Gerais e reflexão sobre a trajetória do IEPHA-MG, em seus 45 anos de existência. Revisitar esta história, à frente desta instituição, possibilita-me um importante aprendizado dos processos desafiadores de construção e consolidação da política pública de proteção da memória e do patrimônio cultural e, de alguma forma, a certeza da constante necessidade de reinterpretação das práticas de proteção e salvaguarda de patrimônios tão plurais.

A criação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, em setembro de 1971, acompanha um novo momento das ações de reconhecimento do patrimônio cultural no Brasil. O caminho percorrido, desde 1931, com a assinatura da Carta de Atenas, teve como objetivo ações que viabilizassem a proteção do patrimônio cultural, através de instrumentos de reconhecimento institucional. A definição do que deveria ser preservado, ou não, acompanhou critérios e cânones, vinculados a conceitos e teorias que buscavam valorar e justificar, técnica e institucionalmente, tais escolhas. Desde então, o processo de construção de políticas públicas de proteção do patrimônio cultural tem sido acompanhado de mudanças nas premissas de juízo valorativo para definição do conceito e, consequentemente, das formas de preservá-lo. Se em um primeiro período, os conceitos de patrimônio cultural estiveram descolados do cotidiano, a partir de meados dos anos 1960, esta aproximação tornou-se inevitável.

O processo de construção de políticas públicas de proteção do patrimônio cultural tem sido acompanhado de mudanças nas premissas de juízo valorativo para definição do conceito e das formas de preservá-lo. Se em um primeiro período, os conceitos de patrimônio cultural estiveram descolados do cotidiano, a partir de meados dos anos 1960 esta aproximação tornou-se inevitável.

A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais balizou a concepção de patrimônio cultural no Brasil, entre o final dos anos 1930 e início de 1970. Marcos dessa atuação, a proteção de Ouro Preto e da Igreja São Francisco de Assis, na Pampulha, Belo Horizonte, expressam as ambivalências presentes na formulação da prática de proteção e na conceituação do valor do patrimônio cultural. A atuação intelectual do movimento modernista, iniciada nos anos 1920, materializa-se na construção da política preservacionista que já nasce, em 1937, com a inquietação de definir o que é patrimônio cultural brasileiro.

Os exemplares da arquitetura moderna se inserem neste processo, respaldados na ideia de produção cultural genuinamente nacional, mesmo indo contra o princípio da antiguidade, dos grandes feitos passados relativos à história nacional. Por outro lado, a ideia de progresso e de modernidade, aliada a uma produção cultural nacional que se materializasse nos espaços como símbolo de uma nova arquitetura, uma nova estética e um novo modo de vida, acabou por produzir hiato nas políticas de preservação: eram

●●●

passíveis de reconhecimento exemplares da arquitetura até o século XVIII. Inicia-se então a discussão da "nova arquitetura", a partir de meados do século XX, ficando o século XIX como a marca de uma produção arquitetônica que não mais representava a história nacional.

Acompanhando a reflexão de Angelo Oswaldo de Araújo Santos revisitada neste Suplemento Literário,"*o Modernismo, em si, foi um movimento de construção, ao mesmo tempo destruidor de uma cultura falida, marcado por um espírito de contradição e polarizações*". O mais interessante desse processo, para além dos aspectos sociais e políticos não aprofundados, foi o caráter contestador desse grupo. Mais do que estabelecer parâmetros e critérios definitivos para a construção da política pública de patrimônio cultural, o maior legado da geração de 1920 e 1930 foi a "*conquista da inquietação permanente e do desejo de acertar, como traço constante de grupo, não como eventual procedimento de indivíduo*", afirmou Francisco Iglésias. E vai ser justamente essa mentalidade que alimentará a criação do IEPHA-MG. Com a assinatura do Compromisso de Brasília, em 1970, o governo de Minas Gerais cria a instância estadual de patrimônio com o objetivo inicial de colaborar na atuação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, atual IPHAN. Coube ao historiador Affonso Ávila a pesquisa e a articulação para a redação e aprovação da Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971, que cria o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

A ação de proteção do patrimônio cultural dá um passo importante quando reconhece a necessidade de ampliação de sua atuação na identificação e na gestão dos bens culturais. O próprio Affonso Ávila quando volta ao Instituto, em 1981, à frente da Superintendência de Pesquisa, Tombamentos e Divulgação e, posteriormente, da Assessoria de Estudos e Projetos, reafirma a diversidade do patrimônio cultural : "*O nosso já prolongado convívio com o diversificado acervo histórico-arquitetônico de Minas Gerais tem nos ensinado a lição de que nem sempre o vulto de um monumento representa um índice de valor e expressividade em termos de arquitetura religiosa. Dezenas de pequenas capelas, disseminadas por várias regiões do interior mineiro, traduzem a nosso ver, pela singularidade construtiva ou de implantação no sítio, maior beleza de concepção e realização arquitetônica do que a que possa transparecer em muitas igrejas matrizes de grande porte.*" . Afonso Ávila incentiva a atuação do IEPHA-MG na elaboração dos inventários culturais, IPAC, e reforça a importância da instâncias municipais na formulação de políticas de proteção, na luta pelo tombamento do Cine Metrópole, em Belo Horizonte: "*Ao tombamento, por seu mérito histórico-cultural pertinente e pela sua relevância nos desdobramentos de uma política de proteção ao patrimônio em Belo Horizonte e, por extensão no Estado, cabe a acolhida da via de homologação prevista na lei estadual*".

A política de patrimônio estadual, ao reconhecer na ideia de bem cultural a noção de referência cultural, associada a grupos sociais específicos, abre-se aos sentidos do simbólico presente nos artefatos e práticas que vão estabelecer as fronteiras entre identidade e diferença.

Na atuação da geração de Affonso Ávila, outros grandes nomes trabalharam para o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural de Minas Gerais, Silvio de Vasconcelos, Francisco Iglésias, José Aparecido de Oliveira, nomes que ainda hoje alimentam as reflexões sobre patrimônio e cultura. O IEPHA-MG veio em sua trajetória ampliando a escuta e o olhar sobre o patrimônio cultural, seja em sua articulação com o IPHAN, seja incentivando as políticas municipais de patrimônio, a partir dos anos 1990, até o reconhecimento do patrimônio imaterial. A ampliação do conceito de bem cultural irá recolocar a discussão do que é o patrimônio cultural em relação à excepcionalidade, à diversidade e às raízes da cultura e, para além do objeto em si, o valor do patrimônio cultural passa a expressar sua própria razão de ser para as comunidades. Nessa nova categoria de bens culturais, o IEPHA-MG tem o desafio de atuar no reconhecimento da diversidade cultural, a partir do "*acervo de seu processo criativo*", presente nos costumes, hábitos, maneiras de ser. Avaliar a produção cultural no tempo, e como parte de um processo histórico, pressupõe considerar, não somente a diversidade cultural ou a qualidade de representações, mas, principalmente, sua continuidade. Assim, compreender os bens culturais em seu processo de constituição pressupõe considerar modificações, um processo flexível, de constante realimentação.

Essa atuação vem referendada pelas discussões em vários segmentos da sociedade que culminaram na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989, onde três pontos devem ser ressaltados. Primeiro, o conceito de patrimônio utilizado pelas políticas públicas de proteção que passa a considerar "realidades culturais intangíveis", como as celebrações, formas de expressão, os lugares e saberes. Segundo, o "*valor referencial* dos bens culturais" que passa a ser considerado como mais um dos critérios de reconhecimento do patrimônio cultural. Terceiro, fica explícito o conceito de "diversidade" como princípio para a identificação dos sujeitos nas ações de proteção: os segmentos sociais são colocados como sujeitos de direito a seu patrimônio cultural.

Neste processo, a política de patrimônio estadual, ao reconhecer na ideia de bem cultural a noção de referência cultural, associada a grupos sociais específicos, abre-se aos sentidos do simbólico presente nos artefatos e práticas que vão estabelecer as fronteiras entre identidade e diferença. Ao mesmo tempo, os valores locais ganham legitimidade e a ação das políticas públicas assume uma responsabilidade frente aos grupos

sociais diretamente vinculados à preservação patrimonial. Pode-se observar, ao longo do processo de construção das políticas de proteção, que várias experiências foram realizadas, principalmente a partir dos anos 1980, com o objetivo de trazer para a prática, para a ação de preservação, a amplitude da noção de bem cultural. Experiências em favor da valorização da história processual que buscaram ultrapassar a noção de excepcionalidade, experiências de reconhecimento de práticas e manifestações culturais que buscaram a aproximação com os grupos sociais detentores destes saberes.

O IEPHA-MG incorporou essa nova leitura do patrimônio através das ações de Registro do Patrimônio Imaterial e teve como desafio, nestes últimos anos, a implementação de práticas de inventário do patrimônio cultural com metodologias participativas com as comunidades locais. Nesta perspectiva, busca ampliar esta prática fortalecendo a articulação sistêmica com as administrações locais e o reforço da atuação do Conselho Estadual do Patrimônio, CONEP, como instância participativa e também legitimadora da política estadual.

Concomitantemente com o processo de consolidação de conceitos ampliados de patrimônio cultural, observa-se uma atuação presente e afirmativa do IEPHA-MG em sua trajetória de 45 anos. O estímulo a este trabalho contou com contribuições importantes de arquitetos, advogados, jornalistas, gestores, historiadores que atuaram à frente do Instituto, mas em um olhar atento sobre a Instituição, percebe-se que, apesar de todos os desafios sempre enfrentados, é a equipe do Instituto que sempre manteve presente, em seu trabalho com o patrimônio cultural, o caráter contestador e reflexivo do movimento modernista.

Esta edição comemorativa do Suplemento Literário vem nos propiciar olhares sobre o patrimônio cultural de Minas Gerais, a partir de um reencontro com o pensamento de Affonso Ávila que deu origem ao Instituto, revisitado “com olhos novos”, através do estimulante ensaio do Secretário de Cultura Angelo Oswaldo de Araujo Santos. Na segunda parte, aproximamo-nos da literatura sobre cidades de Minas Gerais que traz a poética dos sentidos e percepções em tempos distintos para uma visita no presente de outros tempos vividos. E por fim, retomamos nossos desafios com reflexões acerca da dinâmica de interpretação, apropriação e ressignificação dos bens culturais e acerca de políticas de cultura e patrimônio, estruturadas através de sistemas que reforcem a gestão pública compartilhada.

Nesta trajetória do IEPHA-MG, dois pontos ainda merecem destaque. Primeiro, a busca por instrumentos de proteção que acompanhem a dinâmica para institucionalização desses “novos patrimônios”, com todas as especificidades acumuladas nos processos internos de discussão e nas próprias experiências de proteção. Segundo, a articulação com os grupos sociais no reconhecimento de suas práticas culturais relacionadas, tanto à imaterialidade, quanto à materialidade, ou seja, a busca da articulação destas dimensões em relação ao lugar, ao território da produção cultural.

Não se deve perder de vista que pensar e atuar sobre o campo do patrimônio pressupõe ter que lidar com novas concepções de tempo, de história e de cultura, com fronteiras e outros territórios e configurações do campo da cultura. Acredito ser este o caminho do IEPHA-MG para os próximos anos: afirmar uma política de proteção que não se vincule unicamente às ações marcadas pela nostalgia de uma época representada pelo que foi possível proteger, e buscar conhecimento de “outros” territórios da cultura onde se abrem relatos, acontecimentos, formas de viver, formas de relacionamentos, culturas vinculadas a um passado, mas presente na dinâmica urbana. A possibilidade de novas leituras, novas percepções sobre o patrimônio cultural associadas a uma reflexão sobre as referências passadas é o que permite sua vitalidade e seus sentidos ao longo do tempo. Acredito que nosso desafio para os próximos anos seja o exercício de compreender e ver o patrimônio cultural.

MICHELE ARROYO
é presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG).

PATRIMÔNIO E LITERATURA

Em uma de suas *Seis Propostas para o Próximo Milênio*, Italo Calvino fala sobre o fascínio que sempre teve pelo símbolo complexo da cidade. Segundo o escritor italiano, eram as cidades o que melhor lhe permitia "exprimir a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das experiências humanas". Não era à toa, repetiu Calvino em mais de uma entrevista, que foi no seu *As Cidades Invisíveis* que conseguira "melhor concentrar todas as suas reflexões, experiências e conjeturas". Foi movido por tal ensinamento do mestre italiano que este pequeno dossiê foi feito. Nele, o leitor encontrará textos literários que procuram mostrar que a cidade, mais do que um conceito meramente geográfico, é um símbolo complexo e inesgotável da existência humana.

João Pombo Barile

Marc Ferrez

Mercado e igreja de São Francisco, em Ouro Preto, retratada em 1880

BERNÁRDEZ E RUI,
PROFETAS DO DESTINO DE OURO PRETO

ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

O jornalista e poeta Manuel Bernárdez (1867-1942), de *El Diário*, de Buenos Aires, e o estadista baiano Rui Barbosa (1849-1923) foram os primeiros intelectuais a manifestar um grave e contundente apelo, quase um clamor, pela preservação da cidade de Ouro Preto, no primeiro decênio do século XX.

Bernárdez visitou Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, em fins de 1907, como repórter do importante jornal portenho. Publicou, em maio de 1908, o livro *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*, que encontrei na biblioteca de meu avô, José Oswaldo de Araújo, quase ao lado de "Contra o Militarismo", coletânea de discursos de Rui Barbosa na Campanha Civilista, publicado por J. Ribeiro dos Santos, em 1910.

No capítulo *El pasado de Minas Gerais*, um *Breve intermezzo espiritual* narra a visita do jornalista a Ouro Preto, em companhia do poeta e ex-governador Augusto de Lima. O texto é dedicado *A Olavo Bilac, evocador del pasado de Minas*, já que o autor se recorda de reportagens do poeta sobre o Estado das montanhas, ao tempo em que o parnasiano refugiou-se em Ouro Preto da perseguição do marechal Floriano Peixoto. Bernárdez se comove e lança forte apelo em defesa da cidade que encontrou arruinada. Rui Barbosa resgatou-o num brado, no auge da Campanha Civilista.

Manuel Bernárdez nasceu na Espanha, segundo me esclarece, em apoio interessado e culto, o embaixador e intelectual Ramón Villagra Delgado, ex-cônsul da Argentina em Belo Horizonte. Radicou-se no Uruguai e atuou intensamente em Buenos Aires, tendo por um momento morado no Rio de Janeiro. Foi embaixador uruguaio no Brasil, entre 1916 e 1920. Uma filha de Bernárdez casou-se com o filho do chanceler brasileiro Lauro Muller, político originário do Estado de Santa Catarina. Veio a ser, portanto, avô do jornalista Manuel (Maneco) Muller, o "Jacinto de Tormes" da crônica social carioca dos anos dourados. Maneco Muller, assim também chamado o bisneto de Bernárdez, meu amigo, emocionou-se quando lhe telefonei para contar a história de seu antepassado em Ouro Preto, por ele desconhecida.

A série de reportagens de 1907 obteve larga repercussão na Argentina e no Prata. Enfeixada em livro, mereceu a admiração dos brasileiros, pelas referências elogiosas ao progresso do país. O texto sobre Ouro Preto constitui, na verdade, o primeiro libelo em favor da velha cidade colonial. Esvaziada pela mudança da capital para Belo Horizonte, dez anos antes (12 de dezembro de 1897), tudo nela parecia agonizante, conforme constatou Augusto de Lima, ao observá-la, ao lado de Bernárdez, do mirante demarcado pelo adro de São Francisco de Paula. Mas o intelectual sensível que a contemplava pela primeira vez deixou-se logo fascinar pela metrópole do ouro.

Imaginou, para ela, um futuro compatível com a glória de seu passado. Segundo o jornalista, o governo federal deveria amparar Ouro Preto, resgatar sua vitalidade e assegurar-lhe meios para se tornar uma cidade universitária, um centro das artes e uma referência singular da cultura brasileira.

Lembra-se sempre o artigo que Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) publicou em "O Jornal", em 1916, clamando pela salvaguarda de Ouro Preto, como o primeiro brado em socorro da velha capital arruinada. Bernárdez o fizera cerca de oito anos antes, dando ensejo, menos de dois anos depois, à palavra solidária e afirmativa de Rui Barbosa, na reta final da Campanha Civilista.

A *grande voz persuasiva e cordial e com uma fraternal eloquência*, desejada pelo repórter em favor de Ouro Preto, se faria ouvir pela boca de Rui Barbosa, no ápice da campanha contra o marechal Hermes da Fonseca. No Teatro Municipal de Ouro Preto, em 19 de fevereiro de 1910, Rui Barbosa pregou os grandes temas de sua plataforma presidencial, abrindo também um *intermezzo* para acolher as palavras proféticas de Manuel Bernárdez.

Em estilo de empolgação parnasiana, Bernárdez foi o autor do primeiro apelo em favor da salvaguarda e da valorização de Ouro Preto, ao defender sua permanência e antever-lhe o futuro, como polo cultural e universitário, monumento do patrimônio brasileiro e mundial. Rui Barbosa deu eco ao clamor contido na famosa publicação argentina. Vale dizer que o desafio do jornalista de Buenos Aires à União Federal brasileira, em defesa da metrópole do ouro, se inscreveu na plataforma do candidato civilista, que foi o primeiro político brasileiro a reconhecer a importância do patrimônio cultural e o dever do Estado para com sua conservação.

Rui Barbosa citou um trecho do texto que aqui se apresenta na íntegra. "Manuseando, há

●●●

dias, o famoso livro do sr. Manuel Bernárdez, sobre a nossa terra", explicou o tribuno baiano, "ficou-me perdida a vista numa página, cheia de emoção e descortino, donde me parecia estar ouvindo sussurrar-me o coração o que eu acerca desta cidade sinto vagamente, desde que a conheci, vai por mais de vinte anos, quando aqui estive duas vezes. O que eu embebia pelos olhos, no prazer da leitura, era como se me saísse espontaneamente de dentro de mim mesmo, numa aspiração, num voto, ou na visão de um longínquo futuro, ainda mal distinto. A voz persuasiva que o escritor argentino quisera arrancar das suas entranhas, para calar no ânimo do Brasil, tinha eu a sensação de que se me exalava do seio no silêncio do gabinete, como agora se me representa desprender-se aqui da ambiência das coisas, vibrar nas comoções deste auditório, e ecoar a vibração do meu espírito numa súplica sagrada à nossa terra pelo gênio do vosso renascimento: 'Como seria grato e bom acudir a Ouro Preto!'".

Após citar Bernárdez, Rui Barbosa enfatizou a defesa da cidade: "Nestas palavras não ressoa um epicédio, mas um hino; não se volatiza um devaneio: resplandece uma inspiração; não geme uma saudade: palpita a energia de um direito: não estende a mão um interesse de localidade: fala com império uma reivindicação geral. Não é debalde que a natureza e a história riam destes lugares privilegiados. Muda-se uma capital política, em busca da posição e da amplitude exigidas pelo caráter central das funções do poder e pelas condições de magnificência que a localização do governo impõe à expressão da autoridade nos órgãos supremos de sua força, no desenvolvimento material dos seus aparelhos dominantes. Mas não se muda a capital das tradições, a matriz do recolhimento, da meditação e do estudo, o regaço consagrado pela situação geográfica e pelo tempo à silenciosa elaboração da intelectualidade. Ouro Preto representa uma dessas predestinações históricas, de que certas cidades têm na sua crônica, e na sua fisionomia os sinais manifestos. É um desses viveiros espirituais, cuja missão, constantemente renovada, lhes comunica uma atualidade eterna".

Referindo-se à União, arrematou: "Quando esta quiser reconstruir, um dia, os centros naturais da nossa mentalidade, e dar à nossa riqueza econômica a fecundação essencial da ciência, sistematicamente animada e protegida, aqui terá de vir assentar um dos focos centrais da nossa cultura, uma dessas grandes fontes de saber, onde se sacie a sede nacional, onde venham beber avidamente, nos sagrados mananciais da inteligência humana, essas regiões interiores do Brasil, chamadas para abastecer e espantar o mundo".

Ao passar a tratar da Campanha Civilista, sentiu-se em casa: "Uma cidade cujas armas são as dessa vocação, a velha capital do Estado, em cujo selo refulge por divisa o virgiliano "Libertas quae sera tamen", dos inconfidentes, não podia acolher senão com repugnância e horror a tentativa atual de militarização do país".

MANUEL BERNÁRDEZ CONTEMPLA A ACRÓPOLE DO OURO

Segue-se, na íntegra, o texto do jornalista sobre Ouro Preto:

"Depois de um admirável trecho de ferrovia que penetra em Ouro Preto deslizando-se como uma cobra pelo encaixotado leito do rio Funil, que justifica seu nome estreitando-se tanto e com tais meandros que a via tem que cruzá-lo e tornar a cruzá-lo até três vezes em um brevíssimo trajeto – parecendo que o rio fosse uma larga ferida e o trem uma larga agulha que lhe desse sucessivas fincadas nas bordas – aquele desfiladeiro asfixiante entre muradas de serra a pique, se dilata de repente em um minúsculo vale ocupado quase todo pela estação de Ouro Preto, – e ponho o pé, não sem algum sentimento de emoção, na antiga capital de Minas Gerais, empório de tradições, sede do reino do ouro, a cidade de Tiradentes, o berço de Marília de Dirceu, romanceada Laura do ouvidor Gonzaga – aquele doce e infortunado Petrarca brasileiro, condenado à prisão e lançado à loucura pelo crime glorioso de haver sentido na alma a sede imensa da liberdade!

Tenho marcada em minhas recordações, com pedra branca, a hora vespertina em que, em companhia de Augusto de Lima, saímos a pé a buscar perspectivas da cidade, depois de ter visitado a antiga casa de governo, entre palácio e fortaleza, hoje convertida em escola de minas sob a direção do sábio brasileiro Costa Senna e a igreja construída pelo Aleijadinho – um artista genial, monstruosamente mutilado pelo escorbuto, que se fazia amarrar o formão ao punho da mão direita corroída pela horrível doença, e assim levantou dois grandes templos nas cidades de Ouro Preto e Mariana, fazendo-os todos por sua inspiração e seu trabalho pessoal, tanto a arquitetura barroca de suas fachadas, não isentas de grandeza e originalidade, como as complicadas florações de pedra de suas colunas e capitéis e as primorosas esculturas de seus altares e suas imagens, talhadas em madeiras eternas das florestas vizinhas.

Visitáramos também a casa em que, como constata o grande poeta Bilac em uma de suas belas crônicas mineiras, se deixou envelhecer burguesamente, até aos 84 anos, a musa de Gonzaga, dona Maria Joaquina Dorotéia de Seixas (sic), que seu doce poeta ornou com o nome pastoril de Marília; mais abaixo, no centro da cidade, detivemos o passo diante do prédio onde foi a casa de Tiradentes, mandada arrasar e salgar como um sítio maldito – e já na praça onde se eleva o nobre monumento do mártir, descobrimos nossa cabeça reverente ali onde a dele, predestinada e sangrenta, adusta e asperamente barbada como a do Batista, enviada do Rio em lombo de burro, esteve quatro dias cravada em um poste, oferecida pela cega tirania à inclemência dos sóis e ao bico dos corvos.

A casa de fundição, por onde, nos tempos da grandeza de Ouro Preto, correra caudaloso um Páctolo de ouro, – o cárcere, também com dois séculos passados sobre seus muros de pedra, que guardaram em seu tétrico silêncio um descendente da casa dos Áustria, – todo o antigo e o histórico haviam sido vistos a cada passo; – e lentamente, detendo-nos nos pontos altos para ir descobrindo os escondidos bairros da cidade, que, ao subirmos nós, surgiam e se adensavam, estendidos caprichosamente nos seios tortuosos dos estreitos vales que os contêm, cruzamos a ponte dos suicídios, romanticamente batizada assim pelo fascínio que o abismo que

atravessa produzia sobre as almas apaixonadas ou enfermas, - e andando, devagar, enquanto se elevavam entre nós, como aves assustadas, na evocação simpática do sítio e da hora, as mais caras reminiscências, chegamos ao adro de São Francisco de Paula, que culmina uma altura da qual, em três direções, poente, sul e oriente, se domina por completo o acidentado panorama da cidade.

Era um momento propício para as coisas da alma. Era esse quarto de hora de minutos luminosos e lentos, em que as coisas inanimadas, aos olhos do homem pensativo que conhece a dor, parecem viver entranhadamente, com um fugaz e misterioso espírito. Enquanto subíamos, íamos aprendendo, dos lábios do amável companheiro, a melancólica odisséia da cidade: – seu nascimento em berço de ouro, sua grandeza, sua crise de expansão, sua impossibilidade de crescer, sufocada pelos morros que a encurralam, sua decadência e, por fim, seu abandono por Belo Horizonte, a rival improvisada, que a tinha deixado deserta, reduzida a três ou quatro mil almas, espargidas tristemente e andando como sombras por aquelas vias da antiga metrópole do ouro, que congregara oitenta mil habitantes em seus dias de grandeza, quando até o seu nome soava como um pregão de opulência: Vila Rica de Ouro Preto!

Nós a olhávamos desde muito acima, estendida em silêncio e na paz de seus estreitos vales; e enquanto a luz do sol se ia extinguindo, o casario apinhado e vasto ia tomando, sobre o enegrecido fundo dos montes, não sei que aspecto de tristeza e mistério. Branquejava, tumular, falando do passado com uma mudez impregnada de eloquência. A fantasia, flutuante sobre a realidade descoberta das coisas, chegava a imaginar se aquilo seria por acaso um acampamento de tendas, todas brancas, dos audazes bandeirantes, fundadores de vilas, ou se mais seria um ossário, também todo branco, sem mais esperanças de vida que as vegetações da morte. O panorama era belo e austero. Flutuava sobre sua quietude um profundo silêncio. Augusto de Lima, que, sem falar, seguia meus pensamentos, disse a meia voz:

– É uma agonia!

Concordava eu, achando uma identidade penetrante entre a cidade moribunda e o dia que, num ocaso tétrico, toldado pelas nuvens, também espirava. De repente, um último raio de sol, penetrando os cúmulos do poente e vibrando-se direto até ao topo do morro que nos servia de observatório, passou, rutilante como uma flecha de fogo, e foi estrelar-se, saltando em milhares de estilhaços de luz, contra os vidros das janelas, que um segundo antes pareciam olhos fechados e que, de improviso, pareciam abrir-se num espasmo, como a dar um último adeus à vida, a olhar pela última vez a paisagem, o sol, o horizonte, os montes taciturnos e os céus distantes.

Ainda que por um segundo apenas, bastou para varrer o peso de um fim melancólico, pondo em seu lugar uma extraordinária ilusão de apoteose... Mas a morte se sentia; e quando um instante depois os focos elétricos, alinhados nas ruas, começaram a arder, lá embaixo, pareceu que a cidade, como uma Ofélia predestinada e triste, se adornava para morrer florida e linda, com grinaldas de luz. E então, naquele minuto tão propício às coisas do espírito, desejei, desejei com veemente desejo, possuir uma grande voz persuasiva e potente para dizer à alma do Brasil:

– Como seria grato e bom acudir a Ouro Preto! Não será possível deixares expirar assim uma cidade que é carne de tua carne, força de tua força e glória de tua glória! Por que não fazeres dela teu ateliê, tua usina cerebral, tua Coimbra, tua cidade do ideal, teu horto do futuro! Onde floresceu tua velha opulência, por que não semeares a flor preciosa de tua nova cultura! Por que não encheres esse álveo onde passaram rios de ouro com caudais inesgotáveis de pensamento, ensino, civismo, ciência, moral e progresso? Entre as tumbas gloriosas e os berços livres há uma indestrutível correlação! Ouro Preto, eu o vejo, eu que sou um transeunte, vejo que enterra suas raízes em pleno coração do passado brasileiro, e essas raízes não se podem mirrar sem que sofra uma perda de seiva o coração onde aprofundaram. A tradição é uma amorosa nutriz que alimenta a alma com energias inesgotáveis. Ditosos os povos que lhe podem beber nos seios maternais exemplos de abnegação, arrojos, poesia, legendas de heroísmo, lições de fé! Ouro Preto, que provou a grandeza e o infortúnio, que subiu e desceu todas as duras curvas da sorte, como se sua orografia bela e atormentada fosse o diagrama de seu destino, pode ser o magnífico cenário de um grande florescimento acadêmico, artístico, científico – pode ser um ponto de concentração de culturas e de irradiação de aptidões técnicas e de forças morais, armadas para todas as nobres conquistas!

Belo Horizonte e Ouro Preto não se excluem – completam-se, formando a cadeia ideal de união do que foi com o que está sendo e com o que há de ser. Minas não poderá, sem dúvida, dar vida e desenvolvimento a duas metrópoles – porém a União tem aí um dever e uma honra, que assumir e fazer seus – porque se Ouro Preto acabasse essa vida que hoje se vai extinguindo entre cinzas de lenda, não ia ser só de Minas o luto – o Brasil inteiro havia de passar pelas ânsias de uma dor e amargar a brusca evidência de uma perda!

Para dizer algo assim, mas com uma grande voz persuasiva e cordial e com uma fraternal eloquência, tinha desejado em verdade a visita de uma Musa, naquela tarde mansa e apaziguada, naquele minuto bom, propício aos devaneios do espírito. Não me foi dado... E, como quem anda na ponta dos pés no quarto de um grave enfermo, descemos em silêncio para nos dirigir pouco depois à estação e partir para Belo Horizonte, onde a juventude, o ardor da força triunfante, a embriaguez da vida, pareciam antecipar-nos seus sanguíneos eflúvios, enquanto ficava lá atrás Ouro Preto, o passado, envolto em seu silêncio como um sudário.” (tradução de AOdeAS)

ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS
é secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, jornalista, escritor e ex-prefeito de Ouro Preto. O trecho em itálico foi citado por Rui Barbosa na conferência de Ouro Preto, em 1910.

RELÍQUIAS DO PASSADO

Manuel Bandeira (1886-1968) foi poeta, crítico literário e de arte, professor de literatura e tradutor, nascido em Recife e morou anos no Rio de Janeiro. Em 1938, publicou o Guia de Ouro Preto, de onde extraímos os trechos abaixo.

GUIA DE OURO PRETO

NOSSA RELÍQUIA

Mas os prédios novos são exceção em Ouro Preto. Ela conservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade. De todas as nossas velhas cidades é ela talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado. As duas outras que se lhe irmanam nessa feição tradicionalista estão fadadas a uma renovação sem cura: Bahia e Olinda. Em ambas é ainda bem forte a emoção especial ligada aos vestígios dos séculos defuntos. Mas Olinda é cada vez mais arrebalde do Recife. A capital acabará fatalmente por absorvê-la. Quanto à cidade do Salvador, o progresso, que tudo renova, fará com ela o que já fez com o velho Rio e o velho Recife.

ASPECTO ATUAL

Só na segunda metade do século XVIII é que Vila Rica principiou a tomar o aspecto atual. A construção do Palácio novo marca o início da boa arquitetura de pedra argamassada. As pontes datam, a de S. José ou a os Contos, de 1744, a do Rosário de 1753, a de Santo Antonio de 1755. O chafariz do Largo dos Contos de 1760. A igreja do Carmo foi levantada de 1766 a 1772. S. Francisco de Assis em 1772 tinha prontas as paredes e o arco da capela-mór, e só em 1794 se lavrou termo de entrega das obras.

Como se vê, a cidade cujo ar de prestigiosa velhice tanto nos enternece, pode-se dizer que é de ontem. O que lhe deu aquela feição de tão nobre antiguidade foi a decadência rápida e súbita da nossa arquitetura tradicional por todo o Brasil

VIAJANTES

Os viajantes estrangeiros são quase sempre insensíveis aos elementos mais profundos ou mais sutis dos costumes dos países que visitam.[...] O que todos admiraram, porque lhes lembrava o belo bem aprovadinho dos palácios do Renascimento italiano, foi o edifício do antigo Paço Municipal. Para nós brasileiros, o que tem força de nos comover são justamente esses sobradões pesados, essas frontarias barrocas, onde alguma coisa de nosso começou a se fixar. A desgraça foi que esse fio de tradição se tivesse partido.

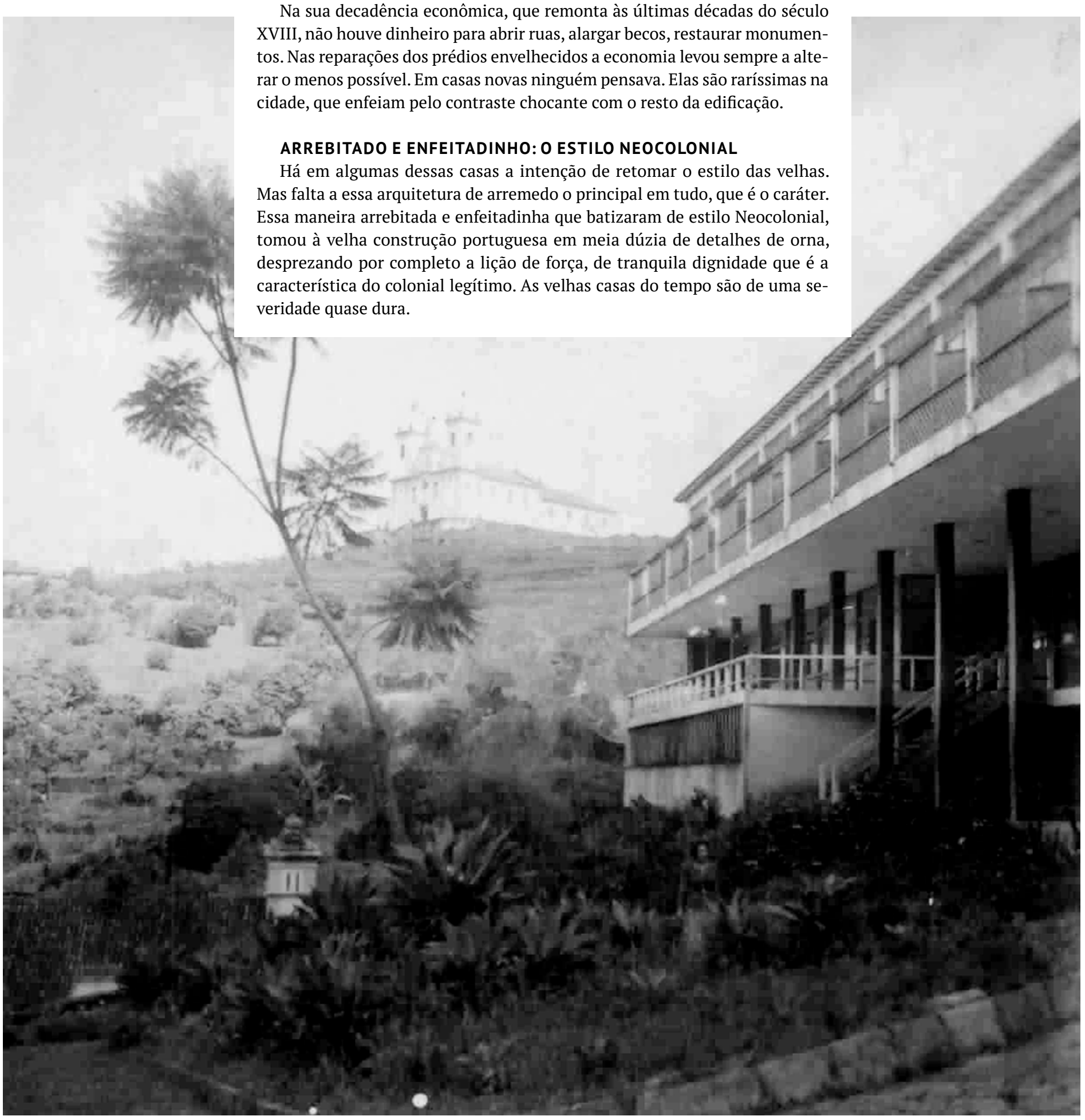
CIDADE MORTA

Não se pode dizer de Ouro Preto que seja uma cidade morta. Morta é São João Del Rei. Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto. Passada a época ardente da mineração (que foi, de resto, um arraial de aventureiros, a sua idade mais bela como fenômeno de vida), e a salvo do progresso demudador, pelas condições ingratas da situação topográfica, Ouro Preto conservou-se tal qual, em virtude mesma da sua pobreza, aquela pobreza que já por volta de 1809, segundo depoimento de Mawe, fazia trocarem-lhe por escárnio em Vila Pobre o nome de sua fundação em 1711, que era o de Vila Rica de Albuquerque.

Na sua decadência econômica, que remonta às últimas décadas do século XVIII, não houve dinheiro para abrir ruas, alargar becos, restaurar monumentos. Nas reparações dos prédios envelhecidos a economia levou sempre a alterar o menos possível. Em casas novas ninguém pensava. Elas são raríssimas na cidade, que enfeiam pelo contraste chocante com o resto da edificação.

ARREBITADO E ENFEITADINHO: O ESTILO NEOCOLONIAL

Há em algumas dessas casas a intenção de retomar o estilo das velhas. Mas falta a essa arquitetura de arremedo o principal em tudo, que é o caráter. Essa maneira arrebitada e enfeitadinha que batizaram de estilo Neocolonial, tomou à velha construção portuguesa em meia dúzia de detalhes de orna, desprezando por completo a lição de força, de tranquila dignidade que é a característica do colonial legítimo. As velhas casas do tempo são de uma severidade quase dura.



CANTARIA BARROCA

Affonso Ávila (1928/2012). Poeta, ensaísta e pesquisador. Editou as revistas *Vocação* e *Tendência*. Em 1963 organizou a Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, realizada na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Nessa universidade, assume, em 1969, a direção do Centro de Estudos Mineiros - CEM. Entre os anos de 1969 e 1996, dirigiu a revista *Barroco*. Nas décadas de 1970 e 1980, realiza com órgãos governamentais diversos trabalhos de levantamento e conservação do patrimônio artístico e arquitetônico das cidades históricas mineiras e cria o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG.

CASA DA ÓPERA

&

fantasma barr ceno violante mônica e exultos retornamos ao palco para os aplausos oco eu contra

&

fantasma romã raceno augusta candiani e exultos retornamos ao palco para os aplausos ntico eu cont

&

fantasma artn traceno luísa leonardo e exultos retornamos ao palco para os aplausos ouveau eu con

&

fantasma livi contraceno judith malina e expulsos retornamos ao palco para os apupos ng theatre eu

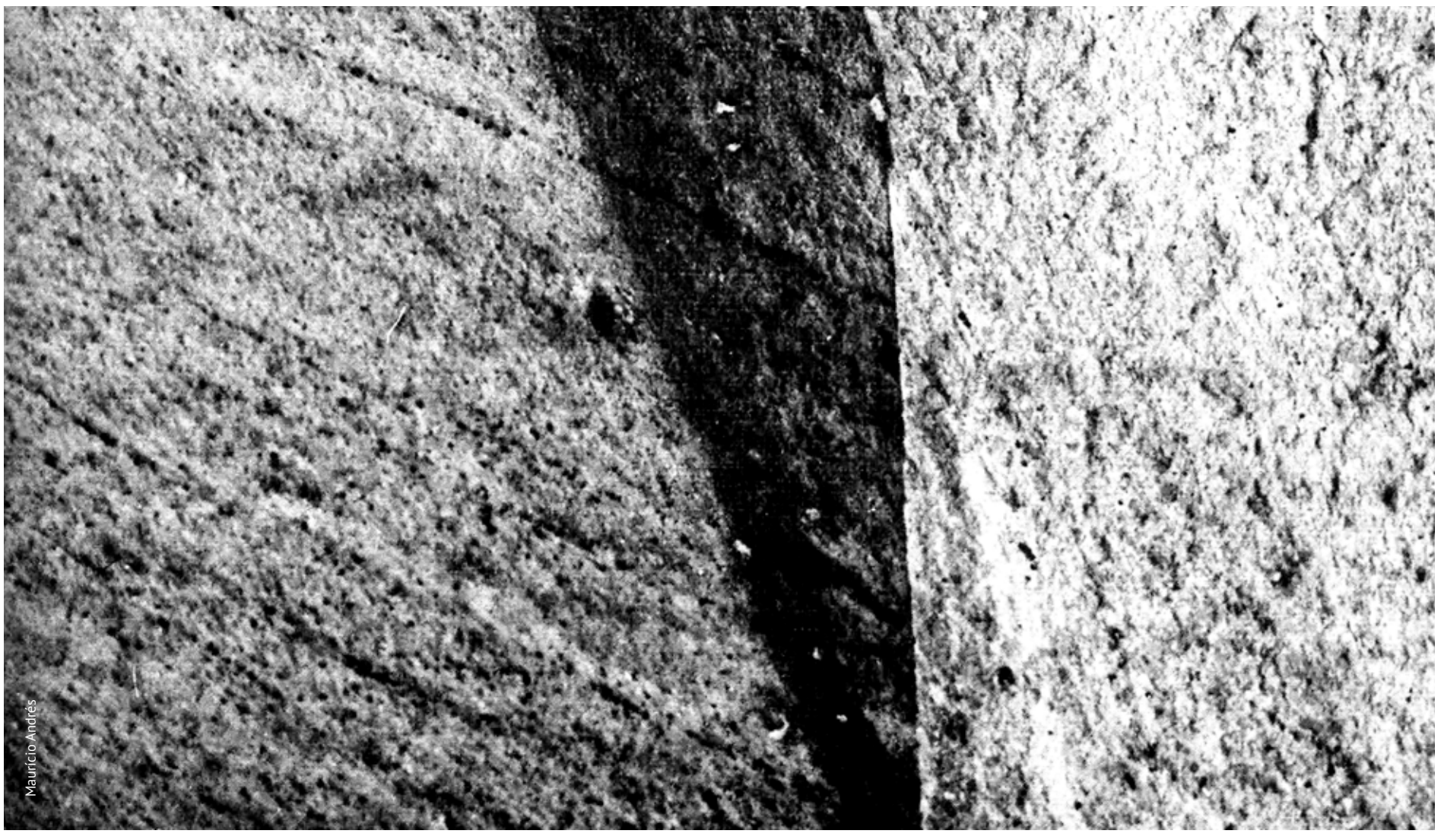
Maurício Andrés

Maurício Andrés

CASA DOS CONTOS

& em cada conto te cont
o & em cada enquanto me enca
nto & em cada arco te a
barco & em cada porta m
e perco & em cada lanço t
e alcanço & em cada escad
a me escapo & em cada pe
dra te prendo & em cada g
rade me escravo & em ca
da sótào te sonho & em cada
esconso me affonso & em
cada cláudio te canto & e
m cada fosso me enforco &

(diagramação: Sebastião Nunes)



Maurício Andrés

MEMÓRIAS JUVENIS

Minha Vida de Menina é o diário de uma adolescente de Diamantina do final do século XIX. Publicado em 1942 – muito antes, portanto, de que a história do cotidiano fosse matéria de interesse universitário, o livro traça um retrato bem-humorado da vida da cidade mineira entre 1893 e 1895. Da crise econômica provocada pelo declínio da mineração ao fim da escravidão, Helena Morley (pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant) escreveu um painel preciso de um momento histórico do Brasil. O livro foi aclamado pela crítica, recebendo estudos de Alexandre Eulálio e Roberto Schwarz.

Alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores, em Diamantina, e que funcionou de 1867 a 1966

QUARTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1895.

Faço hoje quinze anos. Que aniversário triste!

Vovó chamou-me cedo, ansiada como está, coitadinha, e deu-me um vestido. Beijou-me e disse: "Sei que você vai ser sempre feliz, minha filhinha, e que nunca se esquecerá de sua avozinha que lhe quer tanto". As lágrimas lhe correram pelo rosto abaixo e eu larguei dos braços dela e vim desengasgar-me aqui no meu quarto, chorando escondida.

Como eu sofro de ver que mesmo na cama, penando como está, vovó não se esquece de mim e de meus deveres e que eu não fui o que devia ter sido para ela! Mas juro por tudo, aqui nesta hora, que vovó melhorando eu serei um anjo para ela e me dedicarei a esta avozinha tão boa e que me quer tanto.

Vou agora entrar no quarto para vê-la e já sei o que ela vai me dizer: "Já estudou suas lições? Então vá se deitar, mas procure antes alguma coisa para comer. Vá com Deus".

SÁBADO, 10 DE FEVEREIRO DE 1894

Eu dou razão à mamãe de ficar zangada comigo. Mas que hei de fazer se não posso mudar meu gênio? Penso que se a menina fosse branquinha mamãe não se incomodava. Mas ela sempre ralha da gente pajear negrinhos. Que culpa têm os pobrezinhos de serem pretos? Eu não diferenço, gosto de todos.

DOMINGO, 9 DE DEZEMBRO DE 1894

Eu ainda me lembro de quando chegou a notícia da lei de treze de maio. Os negros todos largaram o serviço e se ajuntaram no terreiro, dançando e cantando que estavam livres e não queriam trabalhar. Vovó com raiva da gritaria chegou à porta ameaçando com a bengala dizendo: pisem já da minha casa pra fora, seus tratantes! A liberdade veio não foi para vocês não, foi para mim! Saiam já! Os negros calaram o bico e foram para a senzala. Daí a pouco veio Joaquim Angola em nome dos outros pedir perdão e dizer que todos queriam ficar.

Vovô deixou, e os que não morreram ou casaram estão até hoje na Chácara. Também com a vida que eles levam...

Fachada principal da Igreja de N. Sr. do Bonfim. Ao fundo, a torre da Igreja de N. Sra. do Carmo. Fotografia: Renato Morgado, 1980.

SÁBADO, 10 DE MARÇO 1894

Hoje foi dia de festa em casa.

Meu pai foi segunda-feira para o Bom Sucesso onde ele está fazendo um serviço.*

Era semana de lavra e ele estava com muita esperança na apuração. Meu pai anda tão caipora que ninguém mais espera sorte aqui em casa. Só ele é que diz sempre: “Esperem. Nem sempre o infeliz chora. O dia há de chegar”. Mas não chega nunca."

*mineiração

SEGUNDA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1893

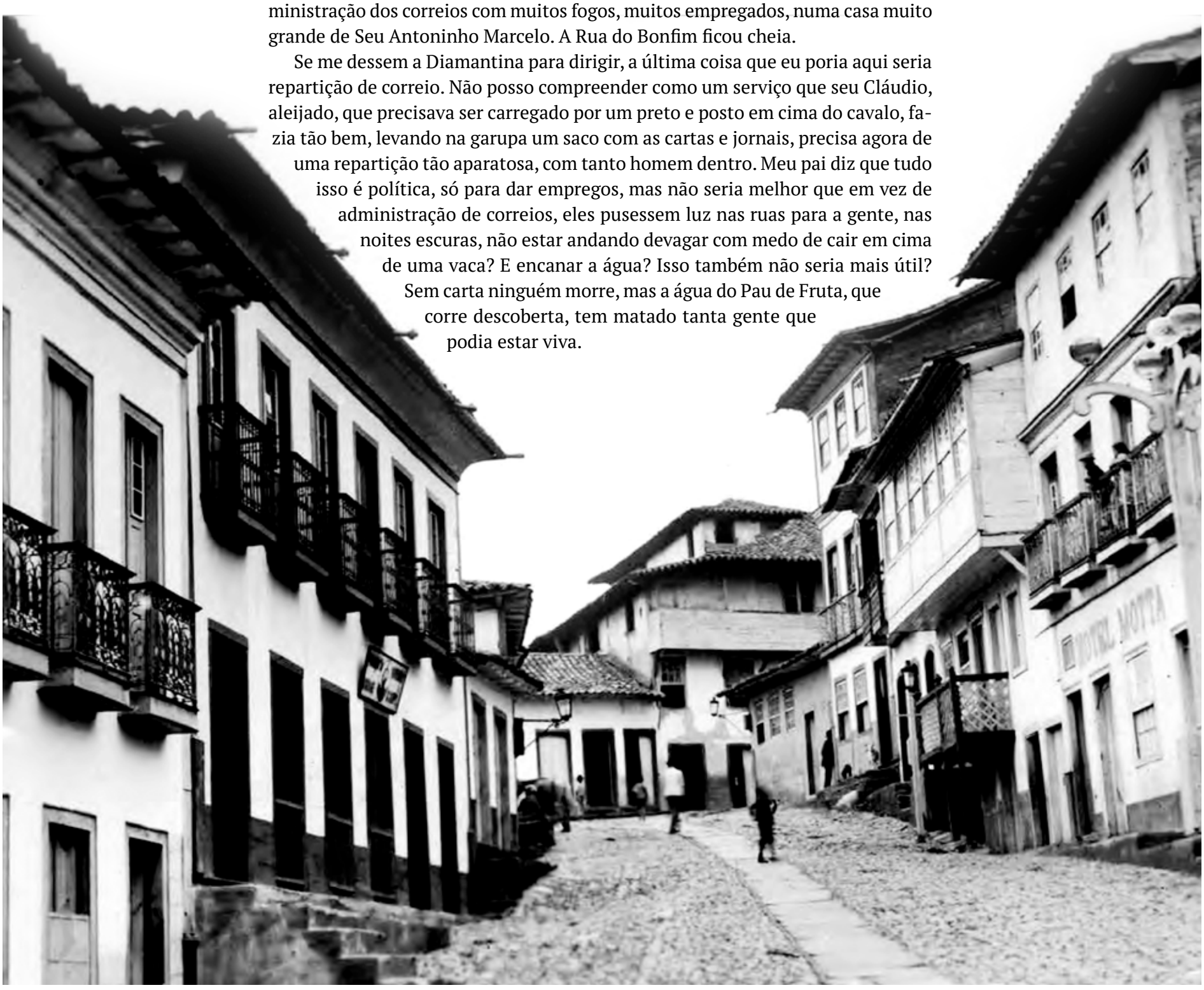
Este ano saiu à rua a procissão de Cinzas que há muitos anos não havia.

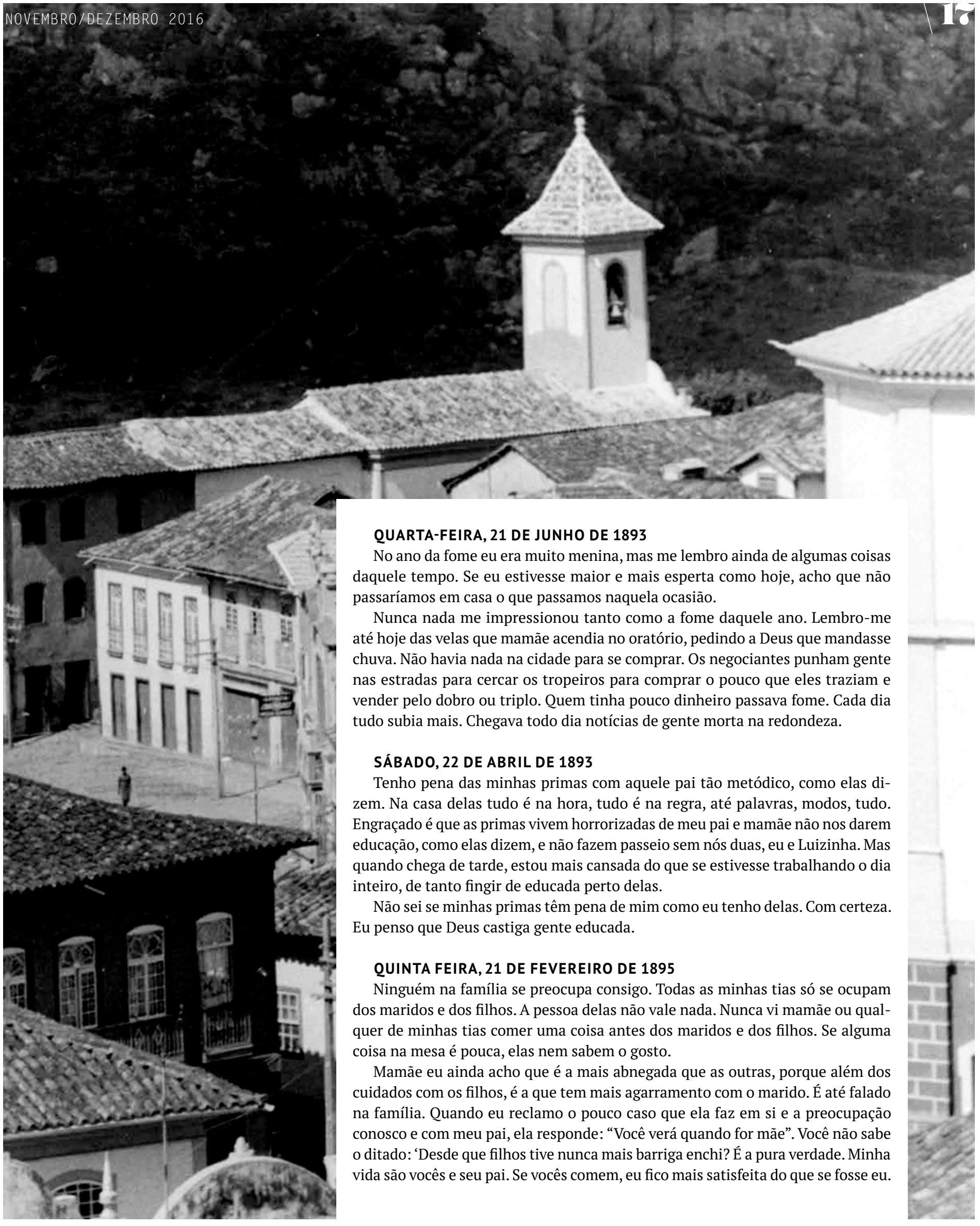
Não sei como eles não faziam mais uma procissão tão importante com tantos santos. São tantos santos que nem vovó, nem minhas tias conheciam todos. Dizem que não saía há muito tempo por falta de santos, porque muitos já estavam quebrados. [...] eu gostei muito da procissão, mas meu pai disse que parecia mais um carnaval e mamãe achou que era um grande pecado meu pai dizer isso.

SEXTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1895

Hoje houve uma grande festa na nossa linda Diamantina. Inauguraram a administração dos correios com muitos fogos, muitos empregados, numa casa muito grande de Seu Antoninho Marcelo. A Rua do Bonfim ficou cheia.

Se me dessem a Diamantina para dirigir, a última coisa que eu poria aqui seria repartição de correio. Não posso compreender como um serviço que seu Cláudio, aleijado, que precisava ser carregado por um preto e posto em cima do cavalo, fazia tão bem, levando na garupa um saco com as cartas e jornais, precisa agora de uma repartição tão aparatosa, com tanto homem dentro. Meu pai diz que tudo isso é política, só para dar empregos, mas não seria melhor que em vez de administração de correios, eles pusessem luz nas ruas para a gente, nas noites escuras, não estar andando devagar com medo de cair em cima de uma vaca? E encanar a água? Isso também não seria mais útil? Sem carta ninguém morre, mas a água do Pau de Fruta, que corre descoberta, tem matado tanta gente que podia estar viva.





QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1893

No ano da fome eu era muito menina, mas me lembro ainda de algumas coisas daquele tempo. Se eu estivesse maior e mais esperta como hoje, acho que não passaríamos em casa o que passamos naquela ocasião.

Nunca nada me impressionou tanto como a fome daquele ano. Lembro-me até hoje das velas que mamãe acendia no oratório, pedindo a Deus que mandasse chuva. Não havia nada na cidade para se comprar. Os negociantes punham gente nas estradas para cercar os tropeiros para comprar o pouco que eles traziam e vender pelo dobro ou triplo. Quem tinha pouco dinheiro passava fome. Cada dia tudo subia mais. Chegava todo dia notícias de gente morta na redondeza.

SÁBADO, 22 DE ABRIL DE 1893

Tenho pena das minhas primas com aquele pai tão metódico, como elas dizem. Na casa delas tudo é na hora, tudo é na regra, até palavras, modos, tudo. Engraçado é que as primas vivem horrorizadas de meu pai e mamãe não nos darem educação, como elas dizem, e não fazem passeio sem nós duas, eu e Luizinha. Mas quando chega de tarde, estou mais cansada do que se estivesse trabalhando o dia inteiro, de tanto fingir de educada perto delas.

Não sei se minhas primas têm pena de mim como eu tenho delas. Com certeza. Eu penso que Deus castiga gente educada.

QUINTA FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 1895

Ninguém na família se preocupa consigo. Todas as minhas tias só se ocupam dos maridos e dos filhos. A pessoa delas não vale nada. Nunca vi mamãe ou qualquer de minhas tias comer uma coisa antes dos maridos e dos filhos. Se alguma coisa na mesa é pouca, elas nem sabem o gosto.

Mamãe eu ainda acho que é a mais abnegada que as outras, porque além dos cuidados com os filhos, é a que tem mais agarramento com o marido. É até falado na família. Quando eu reclamo o pouco caso que ela faz em si e a preocupação conosco e com meu pai, ela responde: “Você verá quando for mãe”. Você não sabe o ditado: ‘Desde que filhos tive nunca mais barriga enchi? É a pura verdade. Minha vida são vocês e seu pai. Se vocês comem, eu fico mais satisfeita do que se fosse eu.

O PEREGRINO

Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira em 1902. Estreou em 1930, com *Alguma Poesia*. É autor de livros como *Sentimento do Mundo*, *A Rosa do Povo*, *Claro Enigma* e outros. Em 1929, o poeta escreve algumas crônicas para o *Minas Gerais*, assinando com os pseudônimos Antonio Crispim e Barba-Azul. Em algumas delas, retrata a Belo Horizonte dos anos 1920. Drummond morreu no Rio de Janeiro em 1987, aos 84 anos.

RUA DA BAHIA

Eu conheci a rua da Bahia quando ela era feliz. Era feliz e tinha um ar de importância que irritava as outras ruas da cidade.

Um dia, parece que a rua da Bahia teve um desgosto qualquer e começou a decair. Hoje, a gente olha para ela com um respeito meio irônico e meio triste. Como quem olha para Ouro Preto.

RUA CAETÉS

Gosto da rua Caetés, a rua mais interessante da cidade. Rua de bigodes e gritos joviais, de pequeninos arranha-céus e de grandes laranjas amadurecendo em caixotes. Rua de sedas e vitrolas. Elegante. Popular. Nossa.

E depois, é também a rua mais camarada de todas: sempre disposta a fazer uma diferença, para você ficar freguês...

BAR DO PONTO

Eu não tenho pena dos basbaques que anoitecem no Bar do Ponto, vendo a vida e as mulheres passarem. Tenho pena é do Bar do Ponto, que suporta esses basbaques, há 33 anos.

BOM VIVER

Se o meu amigo Abílio Barreto consentisse, eu acrescentaria algumas páginas à sua à sua "Memória Histórica de Belo Horizonte". Estas:

A esse lugar chamam de Belo Horizonte pela formosura e largueza de seus horizontes, que, entre lobo e cão, se cobrem de vária tinta, e matizada; o que porém, não é apreciado pelos nativos, os quais, a essas horas, se vão em busca

dos divertimentos frívolos vulgarmente cognominados de cinematógrafos e "footings". Constituem tais práticas a maior distração dessa gente, de seu natural mui recatada e pacífica; por forma que não há pelo arraial e nem se permitem outros modos e ardis de matar o tempo.

(...)

Dormem os moradores de dez horas da noite às sete da manhã; e o sonho deles, se não mente a ciência das almas, aprendida no trato e comércio diário do animal humano, é povoado de amenas visões, quais sejam; prêmios da Fortuna, vitórias no amor ou no ludopédio e quejandos.

Em raiando a aurora, todos se aprestam para a lida cotidiana, tendo a maioria o cuidado prévio de se purificar com banho geral ou particular; e após essa operação, se nutrem e cobram forças sorvendo a bebida própria de tal clima e povo, o chamado café; não sem haverem passado os olhos sobre as gazetas da terra, e entre elas a que estampa os escritos de certo Antônio Crispim. Alimentados, dest'arte, espírito e corpo, se vão em pós de suas ocupações, se homens; e se do contrário sexo, logo se aporfiam na tarefa de estragar planos com um bater sem conta e proveito; o que tudo vai até a hora da primeira grande colação, o almoço; e recomeça depois da dita colação, para no sol seguinte recomeçar outra vez, e assim por diante.

VAMOS VER A CIDADE

A tarde murchou para os lados do Calafate. A escuridão emenda as escarpas da Serra do Curral com o céu onde começam a cintilar as estrelas do poeta Adelmar Tavares. Da Serra até a antiga Praça do Mercado, duas fieiras de luzes compõem uma "feerie" geométrica. A cidade acabou de jantar.

Na rua Piauí há cadeiras de palhinha pelas calçadas. "Como eu estava dizendo ontem..." começa o chefe de seção em atividade para o chefe de seção aposentado, este último também republicano histórico. É uma conversa que veio de Ouro Preto com a Capital, e ainda não terminou. Enquanto isso, as moças fazem o footing na Avenida Paraúna, cujo asfalto brilha como um sapato novo.

O bonde conduz os frequentadores de cinema, que aproveitam a viagem para discutir as vantagens e desvantagens do filme sonoro. Nunca se chega a um acordo, a não ser quanto à possibilidade de se entender o inglês que não se aprendeu. "Norma Shearer tem uma voz horrível", comenta um rapaz bem informado: e a discussão recomeça infrutífera.

Gente nos cafés da Avenida Afonso Pena. Pedaços de maxixe saltam das vitrolas e a garganta de Haeckel Tavares ou de Gastão Formenti conta que o vento "espaiou sua paioça". O rapaz louro e de nariz grande perdeu a conta dos chopes e mandou recomeçar em benefício da estatística. Música da xícara sobre o mármore, abafando o chiar dos discos. Os problemas do "football" e os problemas acadêmicos: "Jairo vai jogar domingo que vem?" "A eleição de Fulano para Terceiro Orador do Centro é uma imoralidade".

As vitrines expõem o último modelo de sweater e a aquarela da senhorita X, que custa apenas 805000 e pode perfeitamente ser dependurada no espaço, depois de adquirida e queimada. Os garotos dos jornais asseguram que houve qualquer coisa de grave na Vila Caillaux, mas ninguém acredita. E a música dos bares se espalha pela Avenida Amazonas, desce a rua Caetés e vai morrer na Praça Rui Barbosa, onde uma última vitrola congrega todas as noites o mesmo público de costas para o jardim. Jardim em que um murmúrio vago de água

pulando dos repuxos se parte em bolhas minúsculas sobre os peixinhos vermelhos. "Olha aquele ali, que belezinha", diz a moça para o namorado, com um ar profundamente ingênuo de quem já viu aquilo cem mil vezes mas precisa fingir que está vendo pela primeira. E o rapaz, que é empregado no comércio mas não é psicólogo, concorda comovido quanto à belezinha do peixe. Em setembro estarão casados, se o patrão não abrir falência, como agora é de praxe.

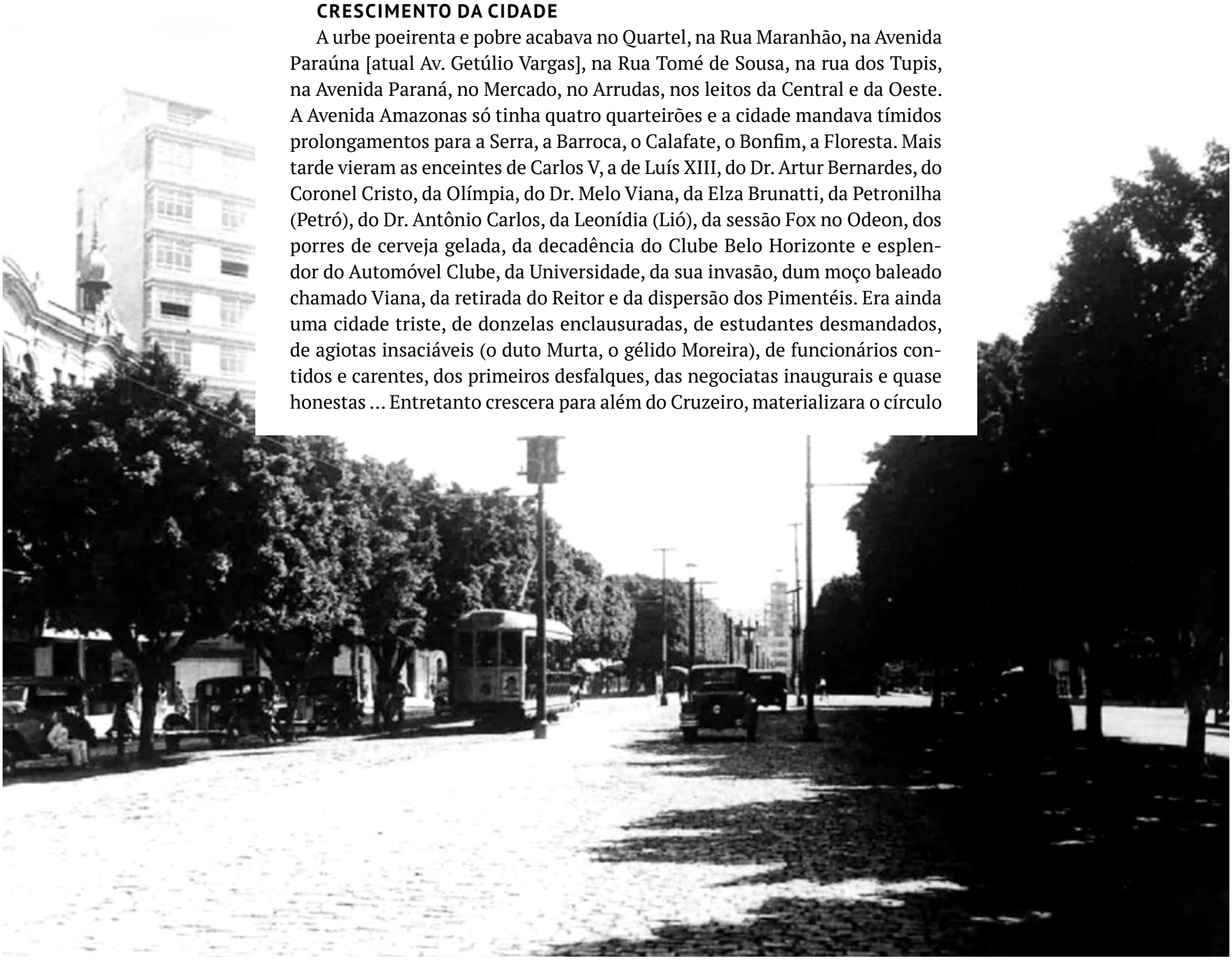
Já andamos muito e estamos cansados. A cidade ficou lá adiante, com seus ruídos e fogos. Nesses morros, os bairros modestos se alastram laboriosamente, reclamando água, luz, bondes, telefones e lojas de sírios. Só o namorado, o eterno namorado de todas as ruas, acusa a sua presença eterna e múltipla. Entre o passeio e a janela circulam pedidos, perguntas, queixas e confissões; "Você é uma fingida, diz que gosta de mim mas não gosta". "E você é muito ordinário, andou namorando a Cotinha no baile do Fluminense". Ele ia responder a essa calúnia, mas olha para o céu em que há uma lua tão bonita, dá um suspiro e entrega para a lua. Nisso vem vindo o homem do amendoim torrado e ele com um níquel recupera a felicidade. Os dois estão mastigando, sob o luar.

O ANDARILHO

Mineiro de Juiz de Fora, Pedro Nava nasceu em 1903. Na década de 1920, fez parte da geração de modernistas de Belo Horizonte ao lado de nomes como Carlos Drummond de Andrade. Médico de renome, obteve reconhecimento literário a partir de 1972, com a publicação de suas memórias, pelas quais recebeu diversos prêmios. Morreu no Rio de Janeiro, em 1984.

CRESCIMENTO DA CIDADE

A urbe poeirenta e pobre acabava no Quartel, na Rua Maranhão, na Avenida Paraúna [atual Av. Getúlio Vargas], na Rua Tomé de Sousa, na rua dos Tupis, na Avenida Paraná, no Mercado, no Arrudas, nos leitos da Central e da Oeste. A Avenida Amazonas só tinha quatro quarteirões e a cidade mandava tímidos prolongamentos para a Serra, a Barroca, o Calafate, o Bonfim, a Floresta. Mais tarde vieram as enceintes de Carlos V, a de Luís XIII, do Dr. Artur Bernardes, do Coronel Cristo, da Olímpia, do Dr. Melo Viana, da Elza Brunatti, da Petronilha (Petró), do Dr. Antônio Carlos, da Leonídia (Lió), da sessão Fox no Odeon, dos porres de cerveja gelada, da decadência do Clube Belo Horizonte e esplendor do Automóvel Clube, da Universidade, da sua invasão, dum moço baleado chamado Viana, da retirada do Reitor e da dispersão dos Pimentéis. Era ainda uma cidade triste, de donzelas enclausuradas, de estudantes desmandados, de agiotas insaciáveis (o duto Murta, o gélido Moreira), de funcionários contidos e carentes, dos primeiros desfalques, das negociatas inaugurais e quase honestas ... Entretanto crescera para além do Cruzeiro, materializara o círculo



da Avenida do Contorno, tomara conta do Barro Preto, canalizara o Córrego Leitão, asfaltara o Centro e ligava-se, sem descontinuidade, ao Calafate, ao Carlos Prates, ao Bonfim, à Lagoinha. Estendeu-se mais ainda, em todas as direções; pulou os limites dos fermiers généraux, dos interventores da Ditadura, dos enriquecimentos mirabolantes, dos imensos negócios. Excedeu a de Thiers, a de Milton Campos (este – dizia Rodrigo – é um prêmio que Minas não merecia!), a de Juscelino, Bias, Magalhães Pinto, Israel, está na de Rondon, mas não vai parar! Porque a cidade sem limites continuará, passará a Baleia, as Mangabeiras, o Curral, o Rola-Moça, o Pindorama, a Pampulha, a Providência, Santo Agostinho, a Severa... Está livre dos velhos complexos sexuais do tempo de Totônio Pacheco, é a mais linda do sertão, a terceira do Brasil, passou aos pileques de uísque, tem inferninhos, instalou a livre-fodança, mas jamais, ah! Jamais sacudirá o jugo do velho crepúsculo, daquela tristeza da tarde morrendo varrida de ventos, da lembrança submarina dos fícus e dos moços que subiam e desciam a Rua da Bahia. Não a Rua da Bahia de hoje. A de ontem. A dos anos vinte. A de todos os tempos, a sem fim no espaço, a inconclusa nos amanhãs. Nela andarão sempre as sombras de Carlos Drummond de Andrade, de seus sequazes, cúmplices, amigos, acólitos, satélites... *(Beira-mar, p. 9)*

A DESTRUIÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL

Nas plantas primitivas de Belo Horizonte o Parque Municipal era um vasto quadrilátero limitado por Mantiqueira; Francisco Sales; pelos logradouros ocupados hoje pelo viaduto Santa Teresa, Rua Assis Chateaubriand; e Afonso Pena. Seus ângulos eram cortados ligeiramente (o que lhe conferia aspecto octogonal) por Bahia, pelo trecho desaparecido do quarteirão limitado por Itambé, Itatiaia, Assis Chateaubriand e Francisco Sales, por Bernardo Monteiro e Carandaí. Hoje ele ocupa a quarta parte do espaço previsto para essa zona verde central e está reduzido ao triângulo demarcado pela Alameda Ezequiel Dias, Avenida dos Andradas e sua velha marca anterior de Afonso Pena.

Parabéns aos senhores Prefeitos progressistas. Pêsames à população de Belo Horizonte, particularmente às crianças residentes nos arranha-céus do centro. A invasão foi sendo lenta e sorrateira. *(Chão de Ferro, p. 315)*

BAR DO PONTO

Ponto – porque era o local da Estação dos Bondes. Vejo-a ainda, construção meio de tijolo, meio de madeira, com três entradas sem portas, pintada a óleo e dotada dum torreão para o relógio. Seu verde era semelhante ao dos pistaches e contrastava, qual outra cor, com os verdes dos seis renques de árvores da Avenida Afonso Pena e com os mais numerosos do Parque. Porque a estação debruçava-se sobre ele, naquele ponto de inflexão da rua da Bahia. [...] O café chamado Bar do Ponto estava para Belo Horizonte como a Brahma para o Rio. Servia de referência. No Bar do Ponto. Em frente ao Bar do Ponto. Na esquina do Bar do Ponto. Encontros de amigos, encontros de obrigação. (p. 5)

Quem queria ir até as lindes do Grande Bar do Ponto podia descer um pouco de Bahia, renteando o triângulo ocupado pelo Correio antigo. Era justamente o lado onde se abria o portão que dava entrada ao misterioso Colis-Postaux e logo se batia de cara com a reta do Viaduto Santa Teresa. (p. 8)

Quem chegava às larguras da travessia de Espírito Santo e Tamoios sobre a avenida [Afonso Pena] contemplava dali as cercaduras – dum lado, do Templo Protestante e do outro, da Matriz de São José. Essa igreja é bem proporcionada e antigamente suas três torres destacavam-se no céu livre de Belo Horizonte. Hoje ela encolheu, perdeu altura, esmagada pela paliçada de arranha-céus construída nas suas costas. Da via pública subia-se ao adro por escadaria imponente – trinta e oito degraus, interrompidos por três patamares. (p. 9) (*Beira Mar*)

O DESCOBRIDOR

Alfredo Camarate nasceu em Lisboa em 1840. Trabalhou como engenheiro-arquiteto, jornalista e músico. Emigrou para o Brasil aos 32 anos. Convidado para integrar a Comissão Construtora da nova capital de Minas, foi designado para avaliar as plantas arquitetônicas das futuras residências. A partir de 1893, passou a colaborar no Diário Oficial do Minas Gerais. Sob o pseudônimo de Alfredo Riancho, em homenagem ao sobrenome de seu pai, Augusto Riancho Camarim da Costa Camarate, escreveu artigos versando sobre diversos assuntos. Em 1894, a contribuição tornou-se regular, com a publicação da série "Por Montes e Vales". As crônicas relatam as mudanças ocorridas no pequeno arraial de Belo Horizonte quando se torna a capital do Estado. Morreu em 1904 em São Paulo.

1

Ao cabo de quatro horas de viagem, muito parecida com as que devem fazer as tartarugas, divisamos a povoação de Belo Horizonte, incrustada numa mata verde negra e densíssima dentre a qual emergiam os campanários da igreja, construída nas primitivas simplicidades da arquitetura. (...) a viagem começa a apresentar uma feição absolutamente diferente. Enveredamos por uma rua extensíssima muito larga, muito parecida com alguns caminhos de certas povoações da África Ocidental. Umas casas muito humildes com aparências de cubatas e, nos intervalos das casas, longos muros de barro vermelho, assombreados por árvores frutíferas. Mas tudo aquilo muito limpo, muito alinhado e sempre da mesma forma e com o mesmo encanto se chega a Belo Horizonte; um belo horizonte; na realidade!. (21/03/1894)

2

A rua das Cafuas lembra-me certas ruas, que vi na África Ocidental. Casas, nas paredes, cubatas, nos telhados de colmo; com esqueleto de madeira tosca, a sair por entre o barro, como ossos de tísico a acusarem-se através da transparente e lívida pele; toda esta miséria, que provém mais do abandono do que da pobreza, é emoldurada numa vegetação opulenta, pródiga, que, nas empáfias da sua riqueza, nos desmandos da sua prodigalidade, parece assoberbar ainda mais essas mesquinhas tocas de humanos que, por irrisória filáucia, se dizem pertencer à raça dos reis da criação! (18/07/1894)

3

[...] nos arquivos da municipalidade futura ou nos da secretaria da Agricultura, ficasse uma recordação do que era Belo Horizonte, antes de se começar a cortar e a construir a nova capital, Minas. [...] Salvo encomenda a artista conhecido, e dois ou três pontos principais de Belo Horizonte, todas estas belezas deixarão de ficar arquivadas; embora deixando em seu lugar, as belezas que provêm das futuras conquistas da civilização." (11/04/1894)

VIAGEM AOS VELHOS TEMPOS

Sylvio de Vasconcellos (1916-1979) nasceu em Belo Horizonte, foi arquiteto e historiador. Precursor da arquitetura modernista e especialista no barroco brasileiro, escreveu inúmeros textos essenciais. Um deles segue abaixo e está reproduzido no livro *Crônicas do Exílio*, que reúne textos originalmente publicados no jornal *Estado de Minas*.

Ninguém me viu, mas estive em Belo Horizonte. Apenas foi uma viagem fantástica. De fato embarquei para San José de Costa Rica — a convite da presidência da república para opinar sobre um problema arquitetônico; quando cheguei percebi que havia mergulhado no tempo para descobrir Belo Horizonte de quarenta anos atrás. Ou trinta. Pouco antes ou pouco depois da última grande guerra.

Duzentos e cinqüenta mil habitantes; ruas inteiras de casas baixas com dois pavimentos no máximo. Em todo o centro lojas com vitrines lotadas de mercadorias assim como era a rua dos Caetés ou Avenida Afonso Pena antigamente.

Aqui e ali um edifício mais alto, moderno como o Ibaté dos anos 30, ou o cinema Brasil.

O povo definido como uma informa massa de funcionários públicos, classe média engravatada mas de poucos recursos, caminhando sem destino certo, em ônibus calhambecados, ou em eterno descanso, nos cafés, onde a conversa vai de Freud aos destinos do mundo, sem fixar-se muito em pormenores, mas sempre tendendo à aceitação uniforme de um fim trágico e próximo para a humanidade em crise.

Há praças onde a gente passeia à sombra do arvoredo. Jovens de mãos dadas em beijos furtivos. Crianças em gritaria. Bebem-se cervejas em caudais ou refrescos de supostas frutas chupados em canudinhos.

Três ou quatro jornais concentram os três ou quatro grupos intelectuais da terra. Um deles é mais importante e nele vejo Gegê, Jair Silva, Djalma Andrade, de mistura com Wilson Frade, Ciro Siqueira e Hélio Adami. Noutro reconheço o grupo católico de Etiene, Otto Lara, Fernando Sabino. Fala-se muito de cultura; se faz pouca. Tudo é culpa do governo que não apoia.

Pequenas exposições de arte instalam-se em pontos vários. Discute-se; ninguém compra. Acadêmicos e modernos desprezam-se mutuamente. Ainda não se sabe quem está ganhando. Se Anibal Matos e Altavila ou o grupo de Guignard no Parque.

Um nacionalismo provinciano combate a influência estrangeira, os

imigrantes que chegam para tomar os empregos que deveriam ser dos locais. Imaginem; um alemão dando aulas! É o fim do mundo.

No meio fica o Teatro Municipal que já é pequeno. Ainda não apareceu quem resolva vendê-lo porque já foi consagrado como glória nacional. No entanto já se pensa em construir outro. Em frente fica um café em varanda, mais ou menos ao ar livre. Nestas mesinhas esparsas revejo Mário de Andrade com "novas gerações" em volta. Hélio Peregrino mostrando versos, a noite avançando, e Mário atento calmando a inquietude jovem. Rua Goiás de velhos tempos.

O Bar do Ponto logo em baixo. Café Acadêmico, Café Iris. Bondes abalando trilhos com Noel Rosa de viola a tiracolo — Seu garçon faça o favor, de me trazer depressa, uma boa média... Menos os bondes tudo está em San José. Ainda. Como história congelada que não seguiu à frente, ou que voltou quarenta anos, estampada em minha memória.

Bueno de Rivera, com seu papelório, ainda é locutor de rádio mas já pensa em seu guia da cidade. Faz versos nas horas vagas. Emilio Moura encolhe sua magreza pelas esquinas. Há escritores que nunca escrevem. Intelectuais oficializados na burocracia. Os que já têm emprego e os que não estão procurando tê-los. Se Sartre dá um espirro em Paris todo mundo comenta. Critica-se Proust de orelhada, pois que jamais foi lido. O mais gostoso é o pingue-pongue literário onde cada amigo elogia o amigo e condena os não amigos. Tudo funciona em razão de grupos, de pequenas maçonarias inconsequentes onde as vaidades se exaltam.

Há rosas na Praça da Liberdade. Marcam-se encontros irrealizáveis. Promessas. Que o tempo vai engolindo inexorável. Alguns intelectuais ganham cartórios e continuam intelectuais. Outros se perdem na distância. Ou simplesmente morrem. Porque fora dó bafejo oficial não há salvação.

Ah! Belo Horizonte de outros velhos tempos! Cafés tranqüilos, versos, refrescos de canudinhos. É isso que San José, em Costa Rica, me dá de volta. A mesma praça, o mesmo jardim, as mesmas flores, a mesma banda através da janela igual, de onde revejo a história. De uma cidade pequenina, província, querendo ser grande, cercada de montanhas por todos os lados, como uma ilha. Cada um querendo e não podendo, cada um sonhando e se vendo acordado. Na melancolia irreversível dos plenilúnios de maio. Ou será de abril?

E me pergunto: assim era Belo Horizonte de 30 ou de 40? Era? Ou ainda é?

Praça Raul Soares em meados do século 20

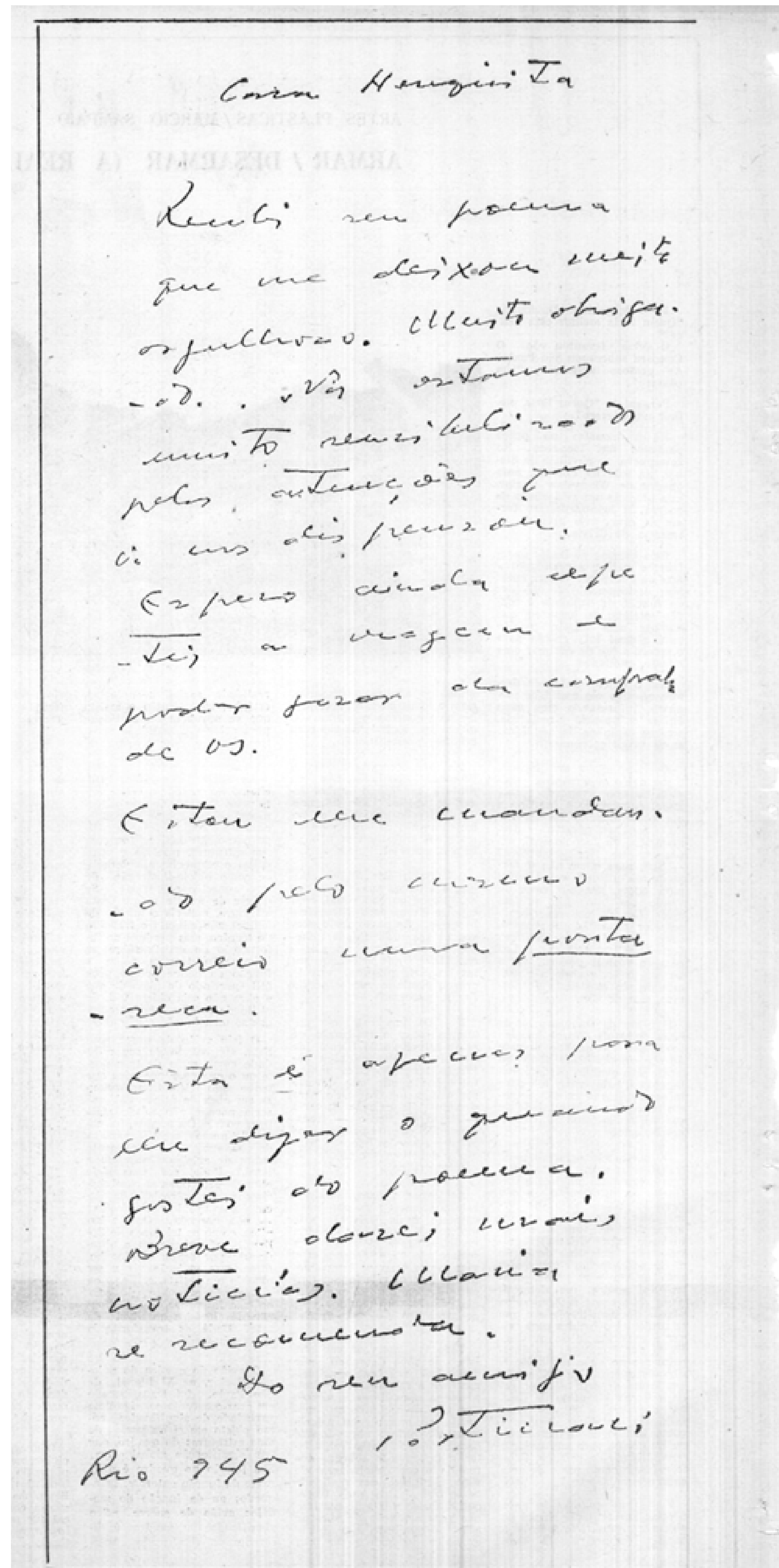
Pampulha, Portinari, Henriqueta

ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

O Conjunto Moderno da Pampulha, tombado pelo IPHAN e pelo IEPHA/MG, bem como pelo Município de Belo Horizonte, foi inscrito pela UNESCO, em 2016, na lista do patrimônio cultural da humanidade. A presença de Cândido Portinari é uma das referências importantes nesse notável acervo. Na capela de São Francisco de Assis, a Igrejinha da Pampulha, Portinari imprimiu a marca singular de sua criatividade, ao narrar, em pintura e no painel de azulejos, cenas da vida do grande místico italiano.

Acirrada polêmica alastrou-se pela Capital mineira, no início da década de 1940, tanto a respeito da iconografia portinariana quanto sobre o risco de Oscar Niemeyer, na concepção do templo mandado construir pelo prefeito Juscelino Kubitschek. A Arquidiocese de Belo Horizonte recusou-se a sagra-lo. A figura patética de São Francisco era criticada e elogiada. Questionava-se o fato de Portinari haver pintado um cão no lugar do lobo evocado na biografia do santo.

Em meio ao clima constrangedor à volta de Portinari, a poeta Henriqueta Lisboa enviou-lhe o poema que permaneceria inédito até que ela própria generosamente oferecesse-o a mim, para publicação no Suplemento Literário, do qual era eu então editor. Ao mesmo tempo, Henriqueta cedeu-me a carta de agradecimento enviada por Portinari, estampada em fac-simile no SLMG de 27 de novembro de 1971, ano da criação do IEPHA/MG. Para celebrar a quarta inscrição de um bem cultural mineiro no patrimônio mundial, reencontramos aqui Portinari e Henriqueta Lisboa, porque é pela poesia que se alcança a transcendência da arte.


Cara Henriqueta

Recebi seu poema
que me deixou muito
orgulhoso. Muito obriga-
do. Nós estamos
muito sensibilizados
pelas atenções que
ti nos dispensou.
Espero ainda este
mês a viagem e
poder fazer as compras
de os.

Estou lhe mandan-
do pelo mesmo
correio uma ponta
seca.
Esta é apenas para
lhe dizer o quanto
gostei do poema.
Breve darei mais
notícias. Maria
se recomenda.
Do seu amigo
Portinari
Rio 945

HENRIQUETA LISBOA

VISÃO DE PORTINARI

Num relâmpago o céu
coalhado de anjos.

Não auréolas nem mitos.
Porém blocos oblíquos
de topázio cortando
azul intacto
em réstias.

E nem asas:
flocos de lôdo branco
ressuscitados do poço,
resíduos de êxodo com nódoas
de lepra e cães,
anjos de escória, os anjos.

Anjos de São Francisco esquá-
/lido
tangido pelos quatro ventos,
pele e ossos, o caule
de terra deitando terra,
com raízes e brotos
no éter.

Nos galhos da árvore sem som-
/bra,
corujas broncas
em pouso.

Belo Horizonte, junho-1945

— Este inédito de Henriqueta Lisboa foi escrito após visita que fêz, a convite de Portinari, à Igreja da Pampulha, quando êle terminava o afresco de São Francisco de Assis. Para agradecer-lhe, Portinari escreveu a carta que apresentamos, em fac-símile. O seu texto é o seguinte: "Cara Henriqueta Recebi seu poema que me deixou muito orgulhoso. Muito obrigado. Nós estamos muito sensibilizados pelas atenções que V. nos dispensou. Espero ainda repetir a viagem e poder gozar da companhia de Vs. Estou lhe mandando pelo mesmo correio uma ponta-sêca. Esta é apenas para lhe dizer o quanto gostei do poema. Breve darei mais notícias. Maria se recomenda.
Do seu amigo Portinari Rio 945".
As fotos são de Evandro Santiago.

CAMINHO NOVO

PEDRO NAVA

Eu sou um pobre homem da Póvoa do Varzim...
Eça de Queirós, carta a João Chagas

Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na sua travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de rua Principal e ficou sendo depois a rua Direita da Cidade do Juiz de Fora. Nasci nessa rua, no número 179, em frente à mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a avenida Rio Branco hesitou a minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procópio. A da rua Espírito Santo e do Alto dos Passos.

A primeira é o rumo do mato dentro, da subida da Mantiqueira, da garganta de João Aires, dos profetas carbonizados nos céus em fogo, das cidades decrépitas, das toponímias de angústia, ameaça e dúvida — Além Paraíba, Abre Campo, Brumado, Turvo, Inficionado, Encruzilhada, Caracol, Tremedal, Ribeirão do Carmo, Rio das Mortes, Sumidouro. Do Belo Horizonte (não esse, mas o outro, que só vive na dimensão do tempo). E do bojo de Minas. De Minas toda de ferro pesando na cabeça, vergando os ombros e dobrando os joelhos dos seus filhos. A segunda é a direção do oceano afora, serra do Mar abaixo, das saídas e das fugas por rias e restingas, angras, barras, bancos, recifes, ilhas — singraduras de vento e sal, pelágicas e genealógicas — que vão ao Ceará, ao Maranhão, aos Açores, a Portugal e ao encontro das derrotas latinas do mar Mediterrâneo.

Além de dar assim leste e oeste para a escolha do destino, a rua Direita é a reta onde cabem todas as ruas de Juiz de Fora. Entre o largo do Riachuelo e o alto dos Passos, nela podemos marcar o local psicológico da rua do Sapo, da rua do Comércio, da rua do Progresso, da rua do Botanágua, com a mesma precisão com que, nos mapas do seu underground, os logradouros de Londres são colocados fora de seu ponto exato, mas rigorosamente dentro de sua posição relativa. É assim que podemos dividir Juiz de Fora não apenas nas duas direções da rua Direita, mas ainda nos dois mundos da rua Direita. Sua separação é dada pela rua Halfeld.

A rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na praça da Estação. Entre sua margem direita e o alto dos Passos estão a Câmara; o fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina, com suas freiras; a matriz, com suas irmandades; a Santa Casa de Misericórdia, com seus provedores; a cadeia, com seus presos (testemunhas de Deus — contraste das virtudes do Justo) — toda uma estrutura social bem pensante e cafardenta que, se pudesse amordaçar a vida e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e trataria ainda, como na frase de Rui Barbosa, de forrar de lã o espaço e caiar a natureza de ocre. Esses estabelecimentos tinham sido criados, com a cidade, por cidadãos prestantes que praticavam ostensivamente a virtude e amontoavam discretamente cabedais que as gerações sucessivas acresciam à custa do juro bancário e do casamento consanguíneo. A densa melancolia dessas instituições transmitia-se aos que as mantinham — criação agindo poderosamente sobre os criadores e seus descendentes que levavam vida impenetrável nas suas casas trancadas, frequentando-se só nos apostolados e nas empresas, não conhecendo as passeatas noturnas da rua Halfeld, as cervejadas alegres do Foltran (a que era pontual o dr. Luís Gonçalves Pena), o Cinema Farol, o Politeama e o Club Juiz de Fora (onde estalavam carambolas de bilhar e o leque ciumento brandido por d. Cecinha Valadares na cara das sirigaitas que atiçavam o Chico Labareda). Alguns se descomprimiam jogando florete, outros caçando macuco, de paletó e boné de veludo, ou atirando aos pratos, aos pombos. Honrados, taciturnos, caridosos, castos e temperantes, esses ricos homens traziam geralmente na fisionomia um ar de fadiga, de contenção e de contraída tristeza que só não se via na face radiante daqueles que carregavam secretamente o remorso adquirido nas viagens frequentes ao Rio de Janeiro — onde muito se podia.

O TRABALHO NO CAMPO PATRIMONIAL NA CONTEMPORANEIDADE

FLÁVIO DE LEMOS CARSALADE

A rápida evolução do conhecimento e da ciência na contemporaneidade associada às constantes transformações sociais e suas consequentes atualizações quanto a seus processos de gestão, obriga que os profissionais das diversas áreas necessitem estar imersos em um processo de qualificação e atualização permanentes. No campo do Patrimônio Cultural esta necessidade se faz ainda mais presente, quer pelo caráter polissêmico da matéria, quer pela diversidade da natureza dos bens culturais e o grande leque de técnicas para atuar sobre eles, quer pelo desafio trazido pelos dias de hoje, quando seu espectro aumentou enormemente e há um crescente interesse das comunidades quanto a este seu bem difuso. As reflexões que apresento a seguir são resultado de uma trajetória profissional que permitiu a lida com a questão patrimonial desde diferentes pontos de vista, como arquiteto urbanista projetista trabalhando em projetos de restauro, como professor e pesquisador da área, como doutor no campo patrimonial, conselheiro nos órgãos patrimoniais dos três níveis federativos e administrador público, especialmente na presidência do IEPHA/MG.

Pelo exíguo espaço que se dispõe nesta publicação, optou-se por estruturar a presente reflexão sobre dois temas principais: a crise epistemológica do campo patrimonial e a questão da gestão do patrimônio hoje.

A CRISE EPISTEMOLÓGICA DO CAMPO PATRIMONIAL

A grande virada epistemológica no trato com o patrimônio se deu a partir da incorporação do conceito antropológico de cultura, o qual se aproximava do conceito alemão de *kultur* como legítimo representante do *geist* de cada povo, considerando o conjunto de suas práticas cotidianas e seus costumes, conhecimentos, manifestações artísticas, princípios morais e leis, relações sociais, em substituição a ideia de "alta cultura", onde se considerava patrimônio prioritariamente as expressões máximas da civilização. Uma abordagem como esta era o resultado das discussões filosóficas que se realizavam na segunda metade do Século XX sobre a natureza do conhecimento e sobre a clara expansão de seus domínios, mais tarde reforçados pelas correntes pós-estruturalistas que traziam a suspeição sobre a ciência, o poder e as instituições. A partir daí surgiram vários movimentos renovadores como aquele conhecido por "Nova História", cujos questionamentos buscavam superar as orientações positivistas ou idealistas que, principalmente, vêm marcando o campo patrimonial.

Tradicionalmente o campo patrimonial se estrutura em três vertentes, a histórica, a artística e a cultural, embora as duas primeiras tenham permanecido mais tempo em evidência e a terceira venha ganhando primazia nos últimos tempos. Passemos ao exame crítico destes três paradigmas.

O primeiro deles, o objetivismo histórico (a matéria como prova inequívoca do passado) pode ser abordado sob dois ângulos. O primeiro diz respeito à epistemologia da própria disciplina da História e o segundo relativo ao par autenticidade/ verdade, o qual documentaria inequivocamente a historiografia. Quanto ás questões epistemológicas, embora a História contemporânea questione a ideia "objetiva" de verdade histórica, ela está tão arraigada no senso comum e na patrimonialidade "agregada" aos objetos que elas se confundem com a impossível busca de recuperar os fatos passados como eles realmente aconteceram, contrariando a constatação de que o discurso histórico é essencialmente dedutivo e as suas explicações são antes "avaliações" que "demonstrações". Quanto às questões relacionadas ao par autenticidade/ verdade, podemos rapidamente dizer que muitas vezes esses conceitos também partem de uma ilusão sobre um suposto "documento histórico", objetivo, palpável, como se também ele não fosse sujeito a manipulações e desvios e sobre os quais só temos acesso a certas partes de sua própria história. Assim, temos que a prática tem muitas vezes colocado a sua atenção mais no objeto de estudo e esquecido do sujeito que o estuda, como se a "verdade" ou "autenticidade" de um documento ou de um patrimônio não dependesse fundamentalmente da interação entre o que é observado e quem o observa.

O ponto de vista da imanência artística (a imagem dotada de uma aura única e reveladora, imutável) entende a obra de arte como provida de uma "aura" ou de uma expressão metafísica que automaticamente se revelaria à humanidade com toda a expressividade nela contida, como uma "epifania", segundo os dizeres de Cesare Brandi. Também aqui se questiona se a "mensagem" da obra de arte não dependeria também de seu receptor.

O ponto de vista da estabilidade da cultura (a identidade e os costumes como padrões imutáveis caracterizadores de um determinado povo) trata a cultura como se ela, responsável pela identidade dos povos, fosse imutável e cuja perda levaria ao deterioro de uma determinada civilização. Também aqui se confundem conceitos. Se por um lado é clara a função identitária da cultura e a importância da preservação de seus valores para a coesão dos povos, por outro lado, isso não significa que a cultura seja imutável e que a identidade seja fixa. Estamos submetidos a processos de transformação de crença e valores tanto como indivíduos, quanto como grupos e uma análise, ainda que breve, sobre as transformações culturais mostraria como um mesmo povo em diferentes épocas valoriza ou vê de forma diferente o mesmo bem cultural.

O estudo dos paradoxos que a problemática do trato patrimonial traz consigo e do seu desenvolvimento histórico, bem como a observação ao longo do tempo do que seja "patrimônio, histórico, cultural e artístico" – onde a própria mistura de três vertentes tão diferentes já se apresente muito complicada – nos mostra que "patrimônio" é um conceito difuso, relativo e circunstancial e que a "patrimonialidade" não está apenas na matéria, mas também depende de quem a define e nos valores que crê, sua visão de mundo, portanto.

Ao se trabalhar sobre a questão da intervenção patrimonial em contextos urbanos e edifícios, a nossa proposta, na tentativa de superar as inconsistências e paradoxos apontados, é a de compreender a natureza peculiar dos diferentes bens patrimoniais, a partir de uma matriz fenomenológica. A intervenção sobre as cidades e sobre os bens edificados foi profundamente influenciada pela noção de restauro da obra de arte, trabalhando-se as questões de restauro arquitetônico como se a Arquitetura fosse uma arte visual, dentro de um conceito de integridade compositiva, onde a obra seria um todo fechado do qual nada se poderia retirar ou acrescentar, o que, para a desejável sobrevivência dos artefatos arquitetônicos, seria uma tarefa impossível. A aplicação dos métodos de restauro da obra de arte na arquitetura tem levado a distorções, à criação de híbridos descaracterizados e até mesmo a ações de restauro tipológico, estes falsos tanto quanto à história, quanto à arte. Há que se reconhecer, portanto que os princípios adequados às intervenções arquiteturais não podem se confundir com os preceitos adotados para as artes visuais e, embora se possa compartilhar alguns deles, a Arquitetura deve desenvolver seus próprios princípios de restauro em função de sua natureza peculiar.

A Arquitetura nasce para o homem como uma necessidade funcional e espiritual e os espaços criados por este mesmo homem têm significado próprio os quais, para serem experienciados, necessitam serem articulados. A partir desse entendimento, poderíamos dizer que Arquitetura seria o espaço preenchido e articulado, percebido como lugar. Para Suzanne Langer, a Arquitetura materializa um domínio étnico, para Christian Norberg-Schulz, ela incorpora um espaço existencial e para Louis Khan, ela materializa as instituições e dá corpo ao incomensurável, o fazendo em um determinado local e criando uma ligação indelével entre instituição e lugar. Como obra de arte, portanto, a Arquitetura "institui um mundo", condensa significados a partir de sua coisidade e de sua fisicidade (sua materialidade e lugar). Segundo a clássica acepção vitruviana, sempre aceita pela teoria, a Arquitetura: possui um triplo caráter (utilitas, firmitas, venustas). Além disso, como vimos, institui um lugar; possui uma espacialidade sinestésica; condensa significados pela sua linguagem e ordem espacial específicas. Essa revisão conceitual é importante porque, ao buscarmos a natureza do fenômeno Arquitetura, estamos buscando inicialmente compreender aquilo que ela é e, num segundo momento, quando ela se estabelece no modo patrimônio, o que essa natureza enseja no processo de intervenção que nela se faz face ao transcorrer da vida.

É assim, em seu modo fenomênico específico que atua a Arquitetura: ela revela um mundo pelo recolhimento de significados que ela condensa na sua ordem específica, cria lugares, possibilita a vida e institui uma "paisagem habitada". Esses quatro fundamentos do fenômeno arquitetural configuram a base de uma teoria existencial das intervenções em objetos arquitetônicos no modo patrimônio.

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO HOJE

A preservação sistemática do Patrimônio Cultural, nascida na segunda fase da Revolução Francesa, foi concebida sobre a ideia de monumento e monumento histórico, expoentes da civilização, nas quais também se baseou a disciplina do Restauro – fundamentada no monumento. O aporte antropológico a que nos referimos anteriormente, a democratização das nações, a consciência ambientalista e seu corolário, os "direitos difusos", vieram a modificar o conceito de patrimônio cultural, ampliando-o e passando a entendê-lo como um conjunto de bens de caráter material e imaterial que conferem identidade e documentam a memória de um povo, em contraposição à ideia restrita de monumento. Essa concepção fez ampliar-se o leque de bens patrimoniais, agora não apenas os bens excepcionais, mas também os bens exemplares e não só aqueles ligados à História Oficial, incluindo-se também aqueles ligados às diversas manifestações sociais e históricas, representativos de todas as épocas e substituindo-se a concepção do monumento isolado e incorporando-o nas ambiências urbanas.

Uma radical transformação como esta inseriu vários novos agentes no trato com o patrimônio, bem como instituiu novos patrimônios. Difundiu-se o entendimento de que toda cidade e todas as pessoas têm sua própria história e o direito à preservação de suas memórias e referências próprias. A questão simbólica, pilar mestre da questão cultural, passou a se configurar também como elemento basilar da preservação do patrimônio cultural, trazendo consigo os problemas relacionados à intersubjetividade e ao jogo democrático.

A consciência de que é impossível congelarem-se as cidades e os edifícios e que, como estes, as culturas e sociedades estão em constante transformação, apresentou a sustentabilidade - conceito herdado dos movimentos ambientais também sujeitos a essas pressões - como método operacional. As sociedades se viram, então, frente a uma equação que admite termos de difícil trato na prática cotidiana por se distinguirem bastante da ciência positivista em que se baseava a lida com o patrimônio: a sustentabilidade e a questão simbólica.

A gestão patrimonial hoje, portanto, precisa incorporar à sua agenda temas que vão além da mera preservação da matéria, tais como a qualidade de vida, a justiça social, o direito às cidades, o acesso a bens e serviços, a escolha de um estilo de coexistência satisfatório, pleno e agradável, fazendo com que o patrimônio não se apresente como um "fardo de memórias, mas um ativo para o desenvolvimento", para usarmos as palavras do arquiteto português Walter Rossa. A função social do patrimônio, sua gestão democrática, suas diferentes formas de expressão, sua permanência relativizada em um mundo de transformações são temas que pontuam a gestão contemporânea do Patrimônio.

Penso que, ao comemorarmos os 45 anos do IEPHA/MG, temos que fazê-lo com um olho no passado e outro no futuro. Este é o maior presente que podemos dar à sociedade mineira.

FLÁVIO CARSALADE
foi presidente do IEPHA-MG e do IAB-MG, é pesquisador e professor da UFMG. Autor do livro *Pampulha*, na coleção "A Cidade de Cada Um", publicada pela Conceito Editorial.

UMA GRANDE CIDADE

Jurandir Ferreira (1905-1997) foi contista, cronista e romancista de alto apuro formal, além de crítico literário de estilo leve e sedutor. Alternando o exercício de escritor com o espírito empreendedor, voltou ao romance com a publicação de *Telêmaco*, em 1954, e fundou, em 1958, em Poços de Caldas, o jornal *Fronteira*. Em 1972, publicou *Saia Branca*, coletânea de contos, gênero em que sobressaiu.

Mas pergunte-se o que é uma grande cidade. Pergunte-se para que todo mundo ouça, para que todo mundo possa dar uma resposta. Esse "todo mundo", que vive numa grande cidade que adora grandes cidades, talvez não seja capaz de apanhar com poucas palavras ou nem com muitas o que constitui o verdadeiro sinal por que, entre nós, uma cidade deixou de ser pequena e passou a ser tida como grande. Entretanto, ao olhar em torno, o observador inteligente, que leu as obras dum Luís Mumford, dum Eliel Saarinen, dum Francis Violich e de outros tantos mestres do mais adiantado urbanismo, nota na desoladora grandeza de muitas cidades a evidência do conceito bastardo em que os ignorantes poderão chegar pelos intempestivos métodos de crescimento que têm aplicado ou têm permitido que se apliquem a fim de conseguir uma cidade com o título de grande. Pois uma grande cidade, no conceito comum, é uma cidade donde se expulsou a natureza. É a cidade mecanizada, a cidade óssea, a cidade mineral, a cidade rígida e sem tintas'' de que fala o poeta Baudelaire. Acredita-se por aí afora que para ser grande uma cidade tem de ser o fruto do artifício e do engenho humano e mostrar-se indiferente e implacável com tudo quanto embarace a liberdade de nossas mãos na faina de criar as suas prodigiosas monstruosidades, nos mundos mortos e rumorosos que são os chamados mundos do progresso.

Entende-se que uma grande cidade deve ser o oposto do que é uma taba de bugres no meio da selva. E, como se os bugres não tivessem conosco nenhuma relação fundamental e não tivessem muitas vezes uma respeitável sabedoria a transmitir-nos, a cidade leva a capricho a imolação de tudo quanto possa lembrar o habitáculo selvagem e deita mão à natureza, como se a natureza fosse a antítese e a inimiga da civilização. E quando tem atrasado palmo a palmo o chão nativo, desfigurado toda contribuição espontânea da terra e substituído pela engenharia do homem tudo quanto nos tinha sido ofertado pela engenharia de Deus, então sorrimos orgulhosos. Criamos a grande cidade. Somos um grande povo. Sepultamos sob rumores, sob edifícios, máquinas e ferramentas portentosas todo o vestígio da selva e da taba. Implantamos condições de vida coletiva dignas dessa grande palavra que é o progresso. Grande e traiçoeira. O que um povo tem como caminho do progresso pode ser também o caminho do suicídio. Não é impunemente que desafiamos a natureza e os deuses invisíveis que por ela vigilam. Os povos antigos e os povos selvagens temiam a esses deuses e a esse temor os homens comuns chamam superstição. Porém os sábios modernos e aqueles que são hoje os verdadeiros planejadores, os verdadeiros construtores e administradores de cidades, enxergam nessa superstição uma fonte de ensinamentos e advertências que passaram a fazer leis no urbanismo de nossos dias. Muitos têm sido, nestes últimos séculos, os índices pelos quais se deduz a civilização das gentes, segundo os produtos que fabricam ou consomem. Com o andar dos tempos, esses índices ora foram a soda, ora o sabão, ora o ácido sulfúrico, ora o petróleo, o aço, o alumínio. Acreditamos, porém, que o mais certo e o melhor índice de progresso e civilização de uma grande cidade é aquele que pode ser simbolizado pela bandeira do urbanismo, idealizada pelo urbanista argentino Carlo della Paolera e representada por uma faixa branca e outra verde, em meio das quais a figura do sol. É que esta cidade foi construída e se mantém segundo uma ciência digna da cultura dos seus habitantes, sem afrontar e destruir como

●●●

bárbaros irresponsáveis o concurso que a mão divina oferece à beleza e à segurança da vida nos meios populosos. Aquela bandeira representa a trilogia de elementos indispensáveis à existência sadia das grandes populações.

"Nessas colmeias humanas" — escreveu Carlo della Paolera em 1934 — "que são as grandes cidades modernas, rompeu-se o equilíbrio razoável entre a obra artificial e os elementos de vida com que nos brinda generosamente a natureza mãe. Seguindo os mais variados rumos em suas investigações, os urbanistas de todo o mundo chegaram à conclusão de que é necessário reconquistar o ar, o sol e a vegetação para o ambiente da cidade moderna. As teorias e as realizações urbanísticas mais opostas concordam no objetivo final, consistente em assegurar a união íntima da cidade com a terra vivente, dando ampla entrada à natureza entre as massas inertes da edificação urbana. A ciência urbanística moderna pôs em evidência que a aplicação à cidade dos mais maravilhosos recursos da técnica não deve nem pode excluir o aproveitamento intensivo dos elementos naturais. A cidade, como a árvore, não pode desligar-se da terra que a sustenta."

A cidade turbilhonante — concluímos nós —, a cidade mecanizada, vertical, confusa, despida e inorgânica, acelerada e rumorosa como uma usina, será talvez o tipo da cidade grandalhona.

Não é, porém, a grande cidade, a cidade ideal, aquela onde a ciência não brutalize a natureza para não brutalizar a própria vida. (1956)

A ESCRITA POÉTICA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA HUMANIDADE

LUCAS GUIMARAENS

INTRODUÇÃO

A "Recomendação a respeito da salvaguarda da cultura tradicional popular" da UNESCO do 15 de novembro de 1989 coloca em evidência os perigos existentes diante da possibilidade de desaparecimento das culturas e de usos sociais que representam as riquezas de uma comunidade. A partir de então, vários documentos internacionais foram assinados a fim de ampliar o campo de proteção das expressões culturais e novos conceitos foram criados com o intuito de forjar ferramentas jurídicas para a proteção do que chamamos de "patrimônio imaterial". Este é o caso da "Lista representativa do patrimônio imaterial da humanidade" da UNESCO que reconhece a importância da identificação cultural dos idiomas, da música, das danças, dos jogos, das mitologias, dos rituais, dos usos e costumes, dos artistas e da literatura.

Aqui, a poesia, inicialmente compreendida como som articulado inicial e o alicerce primeiro da comunicação (o som e a visão transformados em palavra e ritmo), teria como função a perenização e a formação de um povo e de sua identidade cultural desde os ditos poetas do *status quo* como Walt Whitman e Homero até os poetas modernos e contemporâneos como Garcia Lorca, Pablo Neruda, Mario de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Henriques Neto, Roberto Piva, Allen Ginsberg, dentre outros.

Isto posto, como já disse Ezra Pound, a melopeia, ou seja, a produção de correlações emocionais por intermédio do som e do ritmo do ato de falar, e a fanopeia, compreendida como a projeção de um objeto na imaginação visual por intermédio das palavras, seriam dois artifícios que forjariam os pilares da "arte das palavras" e da identidade cultural de um povo e idioma. Além destas premissas, compreendemos, como já formulou o filósofo-artista Bruno Cany, que nós não podemos falar sem ver aquilo sobre o que nós falamos e o que nós dizemos sobre o que vemos. E, como já nos formula a antropologia, nós não podemos ver o que nós dizemos sem o ato de tocar (ver seria o tocar à distância). Desta forma, entendemos o núcleo central da poesia como um pensamento visual.

A IDEIA DE PARRHESIA COMO CONSTRUÇÃO DE BASE DOS SUJEITOS COMUNICACIONAIS NA ESCRITA POÉTICA

A partir dessas premissas, podemos analisar a relação antropológica da escrita poética com a formação de uma cultura. Neste sentido, pode-se analisar a escrita poética de modo a realizar um recorte histórico dos gregos até a atualidade ocidental, neste caso, precisamente dentro do contexto brasileiro e sobretudo mineiro e suas relações com as escolas e movimentos europeus e a contaminação do que é genuinamente resultado do que chamamos de antropofagia transcultural. Todo recorte histórico pode ter como método de sua aplicação o pensamento foucaultiano segundo o qual não há necessidade de linearidade histórica, uma vez que esta é, de fato, inexistente. Fala-se, pois de descontinuidade, de contextos e epistémés.

Se é verdade que a arte e os artistas compreendem – de maneira fragmentária e parcial –, atualmente, que suas intervenções no espaço social devem despertar a consciência política e social dos indivíduos, nossa análise não se atem somente a esta dimensão. Não anulamos a hipótese da função e potencialidade estética da arte como fomentadora e indagadora de contextos sociais e políticos. Se o artista é visto como um "resistente" ou "contra-força", isto não se insere em um sentido político *stricto sensu* e, sim, pelo o que há de ética em sua estética da comunicação, ou seja, pelo o que há de ética em sua filosofia da criação e de recepção. O escriba poético é, pois, um "resistente" na medida em que seu objeto de criação é o enigmático, o inexplicável. Ele resiste na medida em que – refutando o que já está estabelecido no grande fluxo do todo comunicacional – se obstina a realizar prospecções e levar à luz sentidos onde os outros não vêm (e não querem ver). O que nos interessa, aqui, é o papel do artista e da arte e, mais especificamente, da escrita poética, no desenvolvimento da identidade de um povo e como espaço aberto para o diálogo transcultural.

Com efeito e partindo da metodologia e abordagem presentes na obra de Michel Foucault, temos como premissas as ideias de jogos de verdades (no plural) e sua metodologia arqueológica (referente às práticas discursivas) que o leva (e nos leva), em um segundo momento, à análise da genealogia do poder (referente às práticas discursivas e extra-discursivas) para, enfim, observar a possibilidade de libertação do indivíduo daquilo que ele nomeou "biopolitização da vida". Segundo este filósofo, nossa atenção deveria residir na constatação de que as relações de poder foram progressivamente "governamentalizadas", ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas sob a forma ou sob a caução das instituições. Esta é a razão pela qual o "último" Foucault alterou a problemática de suas pesquisas da política e se aprofundou no domínio da ética. Para ele, o principal objetivo da resistência é o de ser o "menos governado" possível. Desta forma, seus estudos sobre a "biopolítica" e a "governamentalidade" o levaram a retomar e desenvolver o conceito de parrhêsia, o dizer-verdade do intelectual e do artista a fim de diagnosticar o presente e atenuar a hegemonia de qualquer pensamento. Este é, a nosso ver, o ponto de partida para compreender a si e, em seguida, para estar apto a ser impregnado pelo

outro em um diálogo transcultural. Esta mesma dinâmica pode ser, pois, pesquisada na escrita poética como vestígio arqueológico e como campo de vivências. Minas Gerais é o repositório de todos estes vestígios poéticos que determinam, em cada contexto, o que poderia ser a identidade mineira. Ou identidades, no plural.

O DIÁLOGO TRANSCULTURAL NA ESTÉTICA DA POESIA

Para nós, o que determina a emergência de uma dimensão propriamente estética é a assunção do conjunto vivente, incluindo, aqui, a sensibilidade, a corporalidade, bem como os espaços e as temporalidades que impregnam o movimento de produção poética. O indivíduo seria, pois, um corpo sensível, ou seja, ele seria capaz de ser afetado e de se autoproduzir na mesma medida em que ele produz igualmente respostas e significados de e para seu próprio mundo. Esta é a razão pela qual a escrita poética poderia ser o substrato primeiro de pesquisa. Primeiramente, como criação artística e de tudo o que releva de sua natureza, um reflexo objetivo/subjetivo de realidades plurais; em segundo lugar, como repositório deste processo voluntário/involuntário de gratificação imediata através de respostas/perguntas presentes no próprio ato da escrita. Ao mesmo tempo, trata-se, como já dissemos anteriormente, de um material de pesquisa por meio do qual é possível analisar as epistémès de determinadas épocas, ou seja, as regras de formação e as condições de possibilidade de um dado discurso e, mais, da identidade de um povo e as limitações que lhe são infligidas.

Desta forma, utilizamos, aqui, as ações já preconizadas pelo artista Antonin Artaud. Com efeito, este nos levou a territórios "Estrangeiros". Primeiramente, através da linguagem da loucura que o fez repensar o próprio pensamento; em seguida, através das artes que o conduziram a outras culturas. Esta é a razão pela qual o diálogo transcultural deve necessariamente passar pela artes, seus interstícios e consequentes institucionalizações. A disposição a se abrir para o "Estrangeiro" cultural corrobora, pois, à reconceitualização daquilo que nós nomeamos "cultura": de civilizatória – como ainda era em Nietzsche – ela se transforma em transcultural – como o é em Jacques Poulain. A partir deste momento, a cultura, notadamente a europeia, para de se pensar como uma essência superior às outras – pensamento cuja herança direta retoma ao racionalismo – e começa a se pensar no centro da interação com outras culturas, sem haver a conotação de relação de força e aniquilação do outro. O princípio, agora, é o da troca e o da contaminação mútua.

Não se trata, tampouco, de analisar exclusivamente as diretrizes artísticas impostas pela crítica especializada e mídias. Partimos do pressuposto de que a globalização da economia e a onipresença das mídias não aportam dados necessariamente relevantes (a não ser no que concerne o pensamento hegemônico e condicionante de unilateralidades), posto que estes fenômenos tendem a reduzir o mundo em uma única realidade homogênea e a uma única explicação. Isto, *per se*, já seria uma condicionante negativa para qualquer ideia de transculturalidade ou diálogo transcultural. Também refutamos a ideia de arte e escrita poética que se fecham em suas próprias lógicas, fixam elas mesmas os seus critérios, seus julgamentos e mesmo a realidade. Ora, se a escrita poética é repositório da identidade de um povo, ao contrário de a arte distanciar e se fechar em um círculo onde os significados são detidos por quem absorve e direciona o mercado, ela pode ser – e sobretudo com o reconhecimento da mesma por órgãos e instâncias como a UNESCO, o IEPHA-MG e o IPHAN, em sua dinâmica transcultural advogada pelo filósofo Jacques Poulain – o mecanismo pelo qual seria possível haver um reconhecimento de si e do outro através de uma dinâmica transcultural, ou seja, através da permissão in/voluntária de se deixar impregnar pelo diferente.

A ESCRITA POÉTICA COMO IDENTIDADE E AS INSTITUIÇÕES DE RECONHECIMENTO

A presente hipótese também deve tentar compreender as questões relevantes que permitem, em uma prática de diálogo transcultural, o entendimento da escrita poética e das instituições ligadas a ela não somente como o repositório de uma identidade de um povo (devidamente contextualizado, inserido em condicionamentos sociais etc). Podemos, também, compreender como se dá o desenvolvimento de acesso e exercício delas (escrita e instituições).

No Brasil, a referida Convenção da UNESCO foi recebida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por meio do Decreto n°3.551/2000 que afirma que os bens culturais imateriais são: a) Os saberes: conhecimentos e saberes arraigados na vida cotidiana das comunidades; b) As formas de expressão: manifestações literárias, musicais, de artes plásticas, teatrais e lúdicas; c) As celebrações: rituais e festas que colocam em evidência a vida coletiva do trabalho, da religiosidade e outras práticas da vida social.

Neste mesmo sentido, a Convenção da UNESCO diz que sempre há uma profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural, sendo este tão somente o envelope protetor e ferramenta de memorização das chamadas imaterialidades culturais. Uma vez que a escrita poética é o alicerce e fundamento em torno do qual materialidades são criadas como, por exemplo, o museu (o Museu Casa Alphonsus de Guimaraens em Mariana – MG é um destes exemplos), encontros, festivais, obras de arte, etc., nós nos questionamos se ela não poderia ser também considerada como patrimônio imaterial da humanidade.

Devemos tentar, então, constatar que, bem além de uma simples expressão artística, a escrita poética traz em si consideráveis intercâmbios culturais muitas vezes distantes e ela forja uma identidade cultural e social bem mais harmonizada com o "outro cultural". Isto posto, a escrita poética, tanto contemporânea quanto tradicional (incluindo, aqui, a etnopoesia da oralidade), é igualmente importante para o reconhecimento de um povo. Isso vem do fato da escrita pós-moderna não aceitar apenas uma via a ser seguida e por isso mesmo não se limitar a um movimento ou escola estética precisa. Ela seria tão somente algo como o resultado de várias mãos trabalhadoras executando em conjunto uma obra específica e com ferramentas diferentes entre si. Com efeito, a via poética seria construída por várias outras, anacrônicas às vezes, mas sempre atuais. A escrita poética seria, pois, uma criação coletiva e interdisciplinar. Se isto se demonstra verdadeiro, poderíamos dizer

que a escrita poética seria a expressão contemporânea de identidade nacional e regional e ao mesmo tempo um *locus* que resguarda traços de trocas culturais sobreviventes ao tempo e adaptando-se às realidades locais de cada país ou comunidade.

Uma vez que cabe ao indivíduo se construir a si mesmo e que ele o faz graças à linguagem e no interior desta é que a estética enraizada nesta construção de si articula a arte e a filosofia, conhecimento sensível e sentimento de verdade. O filtro da transculturalidade é, pois, utilizado como uma arquitetura dialógica a partir da qual seria possível criar um protetor contra a guerra das culturas provocada pela globalização, permitindo a existência de cada cultura no centro do diálogo, ou seja, solidificando a existência de seus valores face a outras culturas. A hipótese, pois, da transculturalidade é a ideia segundo a qual a resistência mais eficaz contra o capitalismo mundial sempre residiu na contra-força que exercem sobre ele as artes e a estética. Desta maneira, a escrita poética, em uma análise estético-transcultural, poderia ser um mecanismo pelo qual poderíamos constatar, nela, o local perfeito de representação do indivíduo face às inúmeras tentativas históricas de aniquilamento de sua cultura. Como corolário lógico, a necessidade de proteção e a ascensão de sua existência jurídica como patrimônio imaterial da humanidade seriam, assim, comprovadas.

Assim, partindo do conceito de antropologia transcultural, podemos analisar a aparição emergente de sujeitos constituintes de dada cultura. Muito além de uma pesquisa em si, as culturas em questão, a escrita poética em si e as instituições criadas em torno da escrita poética podem ser analisadas em uma dinâmica de relações entre os múltiplos sujeitos de conhecimento, com o intuito de permitir, no processo cognitivo, o exercício de suas faculdades de julgamento. Finalmente, depois de ter desenvolvido todos estes eixos de pesquisa, poderíamos constatar a validade do primeiro enunciado segundo o qual a escrita poética e seus desdobramentos poderiam ser compreendidos como patrimônio imaterial da humanidade e assim deveriam ter as mesmas garantias a eles concernentes.

REFERÊNCIAS:

ALI, Manuel Said. Versificação Portuguesa, Edusp, São Paulo, 2006.

APPEL, Karl Otto. Éthique de ladiscussion, Ed. Cerf, Paris, 1994.

_____. Penseravec Habermas contre Habermas, Ed. De l'Éclat, Paris, 1990.

ARISTOTE. Poétique, Ed. LesBellesLettres, Paris, 2002.

ARTAUD, Antonin. Oeuvres completes, t. I a XXVI, Gallimard, 1956-1994.

_____.Rhétorique, Ed. LibrairieGénérale de France, Paris, 1991.

CANY. Bruno. Fossiles de Mémoire : Poésie et Philosophie d'Homère à Jacques Roubaud, Ed. Hermann, coll. Hermann-Philosophie, 2008.

_____. Rennaissanceduphilosophe-artiste: Essaisurlarévolutionvisuelle de lapensée, Ed. Hermann, 2014.

_____. Homère, une anthropologiepoétique de lavérité, Ed. L'Harmattan, coll. La philosophieencommun, 2001.

CANY, Bruno et POULAIN, Jacques (Ed.). Recherches d'esthétiquetransculturelle : 1 – Notes d'anthropologieesthtétique. Ed. L'Harmattan, coll. Perspectives trasnculturelles, 2013.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos, Annablume, São Paulo, 2009.

CLANCY, Geneviève. L'esthétiquedudevenir, L'Harmattan, Paris, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. Cultura com aspas, Cosac Naify, São Paulo, 2009.

DÉOTTE, Jean. L'époque des appareils, Ed. Léo Scheer, Paris, 2004.

DEKENS, Olivier. Qu'est-ce que lesLumières ? de Foucault. Rosny : Bréal, 2004. (La philothèque).

FOUCAULT, Michel. L'archéologiedusavoir. Paris : Gallimard, 1969. (Bibliothèquedesscienceshumaines).

_____. Histoire de la folie à l'âgeclassique. Paris : Gallimard, 1972. (Tel).

_____. Histoire de lasexualité : La volonté de savoir. Paris : Gallimard, 1976, 1er vol. (Tel).

_____. Histoire de lasexualité : L'usagedesplaisirs. Paris : Gallimard, 1984, 2eme vol. (Tel).

_____. Histoire de lasexualité : Le souci de soi. Paris : Gallimard, 1984, 3eme vol. (Tel).

_____. Il fautdéfendrelasociété. CoursauCollège de France (1976). Paris : Gallimard Seuil, 1997. (HautesEtudes).

_____. Lesmots et leschoses : une archéologiedesscienceshumaines. Paris : Gallimard, 1966. (Tel).

_____. Naissance de la clinique. 7eéd. Paris : PUF, 2003. (QuadrigeGrandsTextes).

_____. L'ordredudiscours. LeçoninauguraleauCollège de France prononcéele 2 décembre 1970. Paris : Gallimard, 1971.

_____. Sécurité, territoire, population. CoursauCollège de France (1977-1978). Paris : Gallimard Seuil, 2004. (HautesEtudes).

_____. La sociétépuntive. CoursauCollège de France (1972-1973). [textedactylographiée par Jacques Lagrange]. Paris : BibliothèqueduCollège de France, 1973.

_____. Surveiller et punir : naissance de laprison. Paris : Gallimard, 1975. (Tel).

GEHLEN, Arnold. Anthropologie et psychologiesociale, Ed. Puf, Paris, 1990.

GUIMARAENS, Alphonsus de. Poesia Completa, Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2001.

LYOTARD, Jean-François. La conditionpostmoderne, Ed. Minuit, Paris, 1979.

_____. Le Différend, Ed. Minuit, Paris, 1983.

MENON, Walter. L'Oeuvre d'Art – L'expérienceesthétique de lavérité, Ed. Harmattan, 2011.

MURICY, Andrade. Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro, Ed. Instituto Nacional dos Livros, Brésil, 1973.

POTTE-BONNEVILLE. Michel Foucault, l'inquiétude de l'histoire. Paris : PUF, 2004. (QuadrigeEssaisDébats).

POULAIN, Jacques. L'âgepragmatique ou l'expérimentationtotale, Ed. Harmattan, Paris, 1991.

_____. Critique de laraisonphénoménologique, Ed. Cerf ; Paris, 1991.

_____. De l'homme : éléments de l'anthropologiephilosophiquedulangage, Ed. Cerf, Paris, 2001.

_____. La loi de vérité ou la logique philosophiquedujugement, Ed. Albin Michel, Paris, 1993.

_____. L'expérimentationmulticulturelleducosmopolitisme et le dialogue transcultureluniversitaire, 2009.

_____. Penserauprésent, Ed. l'Harmattan, Paris, 1998.

POUND, Ezra. ABC of Reading, Faber & Faber Ltd, England, 2000.

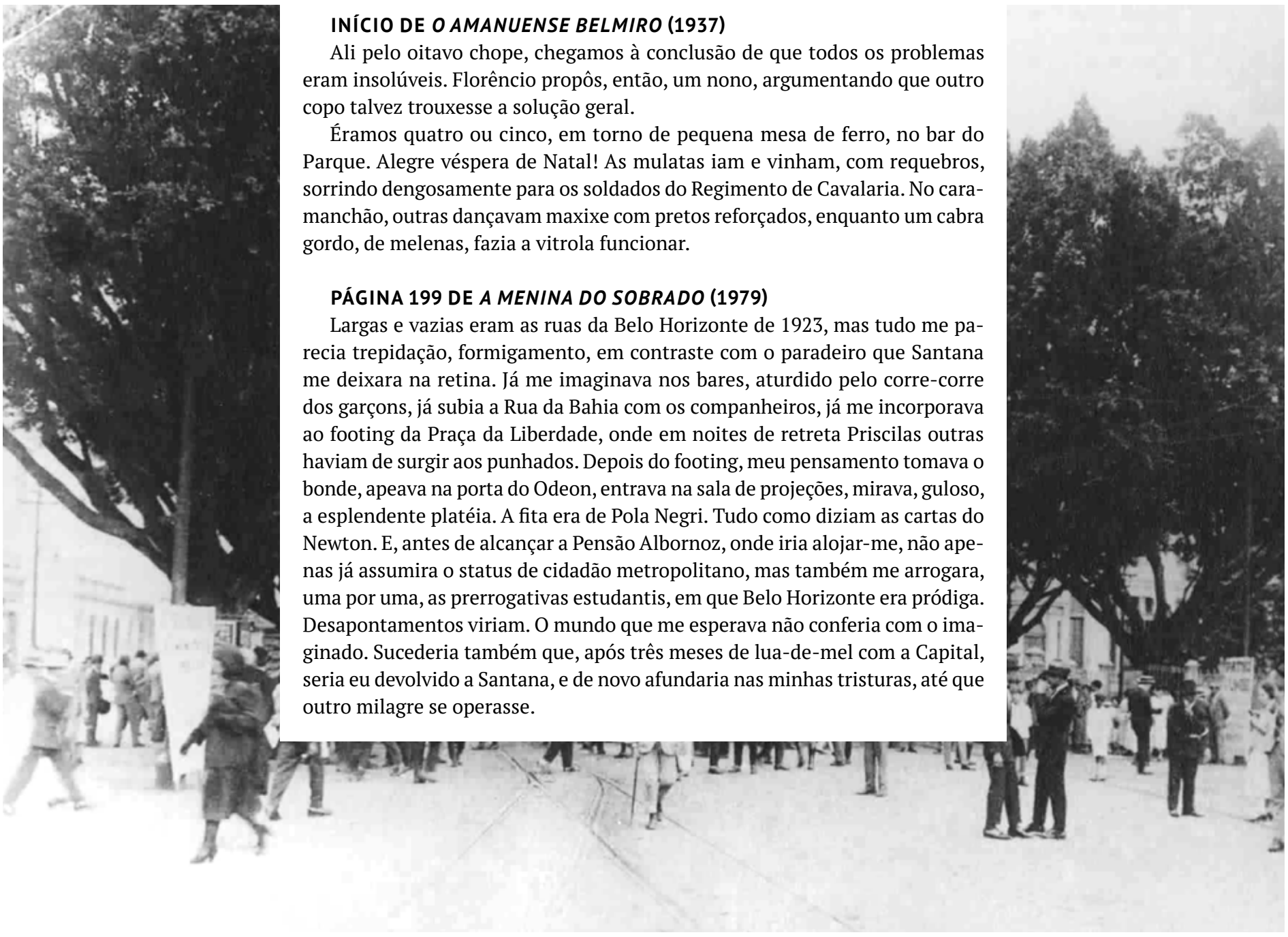
VUARNET, Jean-Noel. Le philosophe-artiste, 10/18, Ed. LéoScheer, Paris, 2004.

LUCAS GUIMARAENS

é poeta, pesquisador e atual diretor da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário de Minas Gerais.

LETRAS DA CAPITAL

Cyro dos Anjos (1906-1994) foi um intelectual mineiro da geração de Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus de Guimaraens e outros autores importantes do Estado. Sua obra inclui escritos de denúncia social e registros das contradições brasileiras, sempre com poesia e lirismo, tendo a cidade de Belo Horizonte como cenário fundamental de seus enredos intimistas.



INÍCIO DE *O AMANUENSE BELMIRO* (1937)

Ali pelo oitavo chope, chegamos à conclusão de que todos os problemas eram insolúveis. Florêncio propôs, então, um nono, argumentando que outro copo talvez trouxesse a solução geral.

Éramos quatro ou cinco, em torno de pequena mesa de ferro, no bar do Parque. Alegre véspera de Natal! As mulatas iam e vinham, com requebros, sorrindo dengosamente para os soldados do Regimento de Cavalaria. No caramanchão, outras dançavam maxixe com pretos reforçados, enquanto um cabra gordo, de melenas, fazia a vitrola funcionar.

PÁGINA 199 DE *A MENINA DO SOBRADO* (1979)

Largas e vazias eram as ruas da Belo Horizonte de 1923, mas tudo me parecia trepidação, formigamento, em contraste com o paradeiro que Santana me deixara na retina. Já me imaginava nos bares, aturdido pelo corre-corre dos garçons, já subia a Rua da Bahia com os companheiros, já me incorporava ao footing da Praça da Liberdade, onde em noites de retreta Priscilas outras haviam de surgir aos punhados. Depois do footing, meu pensamento tomava o bonde, apeava na porta do Odeon, entrava na sala de projeções, mirava, guloso, a esplendente platéia. A fita era de Pola Negri. Tudo como diziam as cartas do Newton. E, antes de alcançar a Pensão Albornoz, onde iria alojar-me, não apenas já assumira o status de cidadão metropolitano, mas também me arrogara, uma por uma, as prerrogativas estudantis, em que Belo Horizonte era pródiga. Desapontamentos viriam. O mundo que me esperava não conferia com o imaginado. Sucederia também que, após três meses de lua-de-mel com a Capital, seria eu devolvido a Santana, e de novo afundaria nas minhas tristuras, até que outro milagre se operasse.